



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 403- DE 12 A 26 DE DEZEMBRO DE 2010 - R\$ 3,00

## ALERTA AOS EXPLORADOS!

**A crise mundial atingirá o Brasil.**

**O governo de Dilma aplicará medidas anti-operárias e antipopulares.**

**Levantar o programa de reivindicações das massas.**

## OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO!

**Wikileaks: retrato do imperialismo norte-americano**



**Europa: greves contra as medidas governamentais de despejo da crise sobre as massas.  
Responder à crise com o Programa de Transição!  
Pôr em pé a IV Internacional!**

**Congresso da Apeoesp: mais burocratização e estatização**

**PSol vence eleições ao DCE-USP com voto conservador**

# O começo do governo Dilma

## Formação ministerial

Lula se dedicou a fazer discursos de despedida como um dos governos mais populares do Brasil. Mas vem deixando claro que pretende continuar a ser patrono do novo governo. E Dilma que ainda não tomou posse está envolvida com a negociação em torno da composição dos ministérios.

Os responsáveis pela diretriz da política econômica – ministérios da Fazenda, Planejamento e Banco Central – foram anunciados para tranquilizar “o mercado”, eufemismo para designar o capital financeiro. Lula atua para que Dilma se apresente como continuidade. Se mudanças na política econômica forem necessárias que as faça o mesmo núcleo ministerial lulista.

A troca do presidente do Banco Central não surpreendeu. Alexandre Tombini é um tecnocrata de carreira que serviu com presteza Henrique Meireles. É um dos arquitetos da meta inflacionária. Conta com as graças do “mercado”. A preservação de Guido Mantega à frente da Fazenda indica que não haverá transição brusca na cadeia de interesses das frações capitalistas no interior do Estado, montada sob o governo de Lula.

A crise mundial não foi superada. Tudo indica que se prolongará. As relações internacionais poderão ser abaladas, além dos desequilíbrios atuais. O mais provável é que a economia brasileira não suportará a linha do “crescimento sustentável”, do consumismo e do assistencialismo. Mantega servirá de instrumento de mudanças pontuais nas diretrizes, podendo usar a fama de “desenvolvimentista” para obter recuos. Caso não funcione, cumprirá a função de ministro transitório.

A ministra Miriam Belchior ocupou o lugar de Paulo Bernardo no Planejamento e este foi deslocado para o ministério das Comunicações. Paulo Bernardo ganhou projeção no governo Lula por funcionar de freio aos excessos de gastos, embora nem sempre o tenha conseguido, e por manejar bem as contas públicas, maquiando-as com maestria. Não deixará de influenciar o núcleo econômico.

Antonio Palocci ocupará a Casa Civil. Está destinado a ser o homem forte do governo. O Tribunal o limpou de toda a sujeira do passado. De forma que ficou desimpedido para cumprir sua vocação neoliberal, demonstrada quando ministro da Fazenda do primeiro governo de Lula. Sua presença na Casa Civil foi acenada como um seguro para o grande capital e para o imperialismo de que as ações necessárias para proteger os interesses da burguesia serão cumpridas. Ao seu lado, estará Gilberto Carvalho, também ladeando a presidente, por meio da Secretaria Geral da Presidência. Seu vínculo com a Igreja católica e com a burocracia sindical o projetou junto à ascensão do caudilhismo lulista.

Lula tem enorme consideração por Palocci que no primeiro ano de seu mandato fez as reformas neoliberais que a burguesia exigia e assim estabeleceu a identidade do governo lulopetista com o grande capital. Tem enorme apreço a Gilberto Carvalho por ter sido exímio negociador na situação de crise política que quase arreventou o primeiro mandato de Lula. Não por acaso Gilberto Carvalho foi escolhido por Dilma para levar sua carta ao Papa pedindo-lhe sua bênção.

Um setor sensível do Estado é o da Defesa. Nelson Jobim está cotado a permanecer à frente do ministério. Fez um bom trabalho de ajustar as Forças Armadas ao governo de Lula e vice-versa. No conflito em torno da Anistia, dos arquivos, dos mortos e desaparecidos da ditadura militar, Jobim impôs ao governo a posição política dos generais. Comparece como ministro que moderniza as Forças Armadas com novos arsenais, devendo continuar esse trabalho.

Uma mudança significativa é feita no ministério de Relações Exteriores. Celso Amorim foi substituído por Antonio Patriota. Os Estados Unidos consideraram que Amorim fez uma gestão diplomática antinorte-americana. Algumas das posições de independência, como a de não seguir em toda linha a diretriz da Casa Branca na questão nuclear envolvendo o Irã, ou a pretensão de projetar

o Brasil na América do Sul sem seguir a orientação da América do Norte, como no caso do golpe em Honduras, encerraram a carreira de Amorim no Itamaraty. A política exterior do governo Lula sofreu oposição cerrada dos setores pró-norte-americano no Brasil. Patriota vem com a missão de passar uma borracha nas contendas assumidas por Amorim com os Estados Unidos.

Como se vê, Dilma pretende indicar que seu governo será conservador. Os demais ministérios servem de barganha com os partidos aliados. O governo burguês de Dilma se estrutura sobre a mesma base do governo burguês de Lula, a exceção das Relações Exteriores.

A presidente mostrou pouca autonomia para compor os ministérios. Não é surpresa. O voto das massas elege o presidente, mas quem lhe confere o poder é a burguesia, que se expressa como classe dominante no interior do Estado por meio dos partidos, da burocracia estatal, dos militares, das igrejas e instituições empresariais.

## Prenúncios de ataque às massas

A crise mundial alterou a dinâmica econômica que se imprimiu positivamente ao Brasil na última década. Já não é possível o crescimento ascendente dos anos anteriores à eclosão da crise nos Estados Unidos em meados de 2008. Os artifícios fiscais, monetários e financeiros que impulsionaram a produção e o consumo não têm como ser mantidos. Os desequilíbrios provenientes da superprodução e da desativação mundial ocorridas nas potências se refletem no equilíbrio das relações econômico-financeiras do Brasil obtido a partir das reformas neoliberais de FHC. Assim, o conjunto de fatores macro-econômicos vem sofrendo alterações, o que provoca choque de interesses interburgueses.

Na disputa eleitoral, evitou-se encarar as tendências da crise mundial e suas manifestações na economia nacional. Porém, esteve assentado que, ganhasse Dilma ou Serra, o novo governo se depararia com brutais pressões do grande capital interno e externo. Está aí a gritaria dos porta-vozes das frações

burguesas em torno da necessidade de Dilma começar firme com as reformas que Lula deixou para trás. Argumentam que é preciso um plano de contenção de gastos do Tesouro e reformas, como a trabalhista e previdenciária.

Dilma anunciou o objetivo de redução da dívida pública em relação ao PIB e de estancamento da alta inflacionária. Essa resposta atende em geral às pressões que mal começaram. O ministro Guido Mantega anunciou que apresentará um plano de contenção de gastos. Os salários do funcionalismo e seus empregos estão na linha de tiro do novo governo. A avaliação é de que passaram a ganhar muito, sem se distinguir a casta que recebe altos salários da imensa maioria explorada.

O mesmo se passa com o aumento do salário mínimo. Dilma está por não conceder mais do que os 5,5%, seguindo o critério fixado por Lula de fazer a correção segundo o INPC mais a variação do crescimento do PIB dos dois anos anteriores. De 510 Reais, o salário mínimo vai para R\$ 540,00. É uma indicação de que o governo lulopetista e agora luldilmista abandonaram a promessa de dobrar o valor do salário mínimo.

Os explorados devem esperar um archo salarial. Os oito anos de ufanismo lulocapitalista não se reproduzirão. A classe operária e demais oprimidos serão chamados a arcar com a crise, trabalhando mais por menos.

O ajuste esperado vem no sentido de manter o pagamento dos gigantescos juros da dívida interna e externa, que consomem boa parte do Orçamento da União e de se promover maior produtividade do trabalho com menores salários. A meta de Dilma de desonerar a folha de pagamento com o argumento de tornar os capitalistas mais competitivos no mercado mundial mal esconde o real sentido de aumentar a taxa de exploração do trabalho. O salário mínimo voltará a fazer parte da política de defesa da lucratividade dos capitalistas e de economia do Estado para robustecer o

Orçamento em função dos interesses dos grandes grupos econômicos.

## Romper as travas do movimento operário e popular

A CUT e a Força Sindical controlam a maior parte dos sindicatos. Estenderam para Dilma o apoio dado ao governo Lula. Mergulharam nas eleições com a bandeira de derrotar a aliança direitista do PSDB com o DEM. A burocracia confere a Dilma o atributo de progressista, capaz de preservar o assistencialismo do Bolsa Família, aumento do salário mínimo etc. Serviram de pilar do governo burguês de Lula e se preparam para fazer o mesmo com Dilma. Mas as condições da economia não serão favoráveis.

A burocracia terá de assumir medidas claramente antioperárias e antipopulares. A posição colaboracionista com o governo burguês de encontrar saídas negociadas se confrontará com as necessidades das massas. Dilma terá de manter a linha de Lula de proteger o grande capital, sem contudo poder ludibriar os explorados com as migalhas das tais ações afirmativas.

As travas colocadas nos sindicatos pela burocracia se evidenciarão para os assalariados. Trata-se da militância atacá-las defendendo um programa de oposição revolucionária ao governo de Dilma. Travar-se-á no interior do movimento operário, camponês e estudantil um embate entre os defensores de Dilma, capitaneados pelo PT e PCdoB, e a oposição revolucionária. Os prejuízos trazidos pelo divisionismo da esquerda centrista, encabeçado pelo PSTU, pesarão negativamente no combate à burocracia estatizante e conciliadora da CUT.

A tarefa de independizar os sindicatos do Estado, do governo petista e da burocracia colaboracionista está ligada à defesa das reivindicações das massas. É necessário despender campanhas sistemáticas de defesa do salário mínimo real, da escala móvel das horas de trabalho, da escala móvel do reajuste e do trabalho à juventude

combinado com a escola. As reivindicações camponesas estarão em choque com o cerco dos latifundiários ao governo de Dilma. Já se evidenciou o fracasso da reforma agrária lulopetista. O novo governo terá menos margem de manobra, bem como a direção burocrática do MST.

É por essa via que estará posta a luta de resistência à reforma neoliberal trabalhista e a previdenciária. Bem como a luta ofensiva de defesa das reivindicações operárias e camponesas. Por enquanto, imperam as ilusões na estabilidade do capitalismo e nas faculdades reformistas do lulismo de eliminar progressivamente a fome e a miséria. O gradualismo social tem sido a marca do petismo. Identificado sob o caudilhismo de Lula. Armou-se entre as massas a esperança de melhorias constantes.

A idéia é de que não se pode eliminar a miséria de chofre, mas se pode paulatinamente por meio de políticas públicas, foi herdada por Dilma. Porém, não há mais base econômica para sustentar a balela reformista com aumentos pingados do salário mínimo, do Bolsa Família e dos assentamentos aos sem-terra. O horizonte é de retorno do desemprego, dos ataques abertos dos capitalistas aos salários e do recrudescimento da repressão aos camponeses.

A burocracia sindical e dos sem-terra muito se valeu do gradualismo de Lula. Dilma, provavelmente, continuará com o Bolsa Família, instrumento que permite sustentar demagogicamente a meta de erradicação da miséria e da fome. Mas o compensará barrando a reivindicação de aumento gradual do salário mínimo, etc.

A oposição revolucionária consiste em trabalhar pelo programa de reivindicações das massas, pelo método da ação direta, pela libertação dos sindicatos da política burguesa, pela constituição da unidade operária e camponesa e pela defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias no seio dos explorados.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Manifestação da crise no Brasil

Os resultados do PIB brasileiro no 3º trimestre deste ano mostram redução do ritmo de crescimento geral, que foi apenas 0,5% maior que o período anterior, registrando queda na produção industrial de 1,3% e nos agronegócios de 1,5%. A redução geral no ritmo de crescimento tem várias causas, mas destacam-se a influência do comércio exterior negativo, a desvalorização do dólar e a redução da capacidade de endividamento da população.

A crise econômica mundial afetou e afeta profundamente os mercados europeu e norte-americano. O comércio mundial se retraiu profundamente desde o final de 2008. O Brasil sofreu uma estagnação de seu PIB em 2009, apesar de todos os incentivos governamentais, que só tiveram efeito sensível em 2010. Os dois primeiros trimestres foram de retomada produtiva, baseada na retração anterior. Somente dois anos após o início do processo recessivo mundial, é que se recuperou o nível produtivo do país. Mas os elementos da crise continuam agindo sobre a economia e a arrastam para baixo.

A retração do comércio mundial teve impacto sobre as exportações. O impacto ainda foi agravado pela desvalorização do dólar, que encareceu os produtos brasileiros e barateou os estrangeiros. Essa desigualdade tem acelerado as importações e freado as exportações brasileiras. As importações subiram mais de 40% no ano, enquanto as exportações cresceram pouco mais de 10%. O setor mais atingido foi o de fabricação de máquinas, que se retraiu profundamente diante das importações barateadas.

O resultado negativo do comércio exterior se deve em parte à retração geral do comércio mundial, mas tem outras causas. A desvalorização do dólar é apontada como a principal. A moeda internacional tem sido desvalorizada deliberadamente pelo governo norte-americano. A emissão de centenas de bilhões de dólares é um meio de redução artificial da dívida ianque e estímulo a sua economia interna frente à externa. Melhora a condição de concorrência de seus produtos. Mas a relação dólar/Real não está deformada apenas pela desvalorização mundial do dólar.

O Brasil sustenta uma política econômica altamente deficitária ao Estado. A dívida pública, em grande parte interna, se arrola através de emissão de títulos públicos a juros elevadíssimos. O governo enxuga o mercado de dólares, comprando-os e repassando-os aos EUA sob baixíssimos juros. E tem de pagar juros elevadíssimos para levantar o dinheiro para comprar dólares. É um mecanismo de elevação permanente da dívida. Por sua vez, o pagamento de polpudas taxas de juros torna o mercado extremamente atrativo aos investidores estrangeiros. A entrada de dólares no país é cada vez maior. Esse processo é alimentado também pela especulação nas bolsas de valores. As ações têm subido muito acima dos índices da economia real, o que confere aos valores dos papéis um conteúdo fortemente especulativo. Mas os ganhos rápidos com a elevação artificial dos valores acionários também atraem os especuladores. O que incrementa ainda mais o fluxo de dólares para o mercado brasileiro, e coloca mais pressão pela desvalorização da moeda norte-americana. Os mecanismos de controle sobre o câmbio são muito caros e tendem a se esgotar diante da atenuação do crescimento econômico. O governo será pressionado a agir de forma mais agressiva para conter a desvalorização do dólar.

Há uma série de índices que seguem a tendência da reversão do crescimento econômico. O comércio de imóveis novos, uma das ân-

coras do crescimento econômico, tem sofrido quedas significativas, dentro das oscilações ao longo do ano. O crescimento da inflação tende a frear o aumento do consumo pela classe média ascendente. Os cheques sem fundos, que vinham caindo ao longo do ano, passaram a crescer, indicando um aumento da inadimplência. O próprio Banco Central já trabalha com um diagnóstico de queda da capacidade de endividamento e de aumento da tendência inadimplente: para conter a inflação crescente, ao invés de aumentar a taxa básica de juros, elevou o valor do depósito compulsório dos bancos, enxugando dinheiro do mercado, reduzindo as prestações dos financiamentos e aumentando os juros que são pagos pelo consumidor.

O Brasil ainda deve fechar 2010 com um dos maiores crescimentos econômicos mundiais: cerca de 7,5%, mas com a economia em curva decrescente para 2011.

A queda do crescimento econômico tende a esgotar a margem de manobra governamental sobre suas políticas. Já se negocia entre as frações oligárquicas burguesas a redução de investimentos públicos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O que quer dizer que há um prognóstico de retração econômica e queda da capacidade de intervenção governamental.

O fato do Brasil ter sido parcialmente poupado da crise mundial não quer dizer que passará à margem dela. A permanência da Europa e EUA na estagnação econômica, a falência financeira de Estados nacionais europeus, o esgotamento da valorização artificial de ações em mercados financeiros, tudo isso joga lenha na fogueira da crise, e tende a arrastar os países atrasados mais avançados.

Um dos efeitos da crise sobre esses países tem sido o agravamento de sua condição de atraso em relação às potências. Ou seja, o aumento da fatia de produção de matérias-primas e decréscimo da fatia de produtos industrializados em sua produção geral, ainda que na contagem média o resultado seja de crescimento.

O caso do Brasil é exemplar: os dados do IBGE mostram que as fatias de mineração e agrícola têm aumentado em relação ao PIB. Um país que apóia sua economia na produção de matérias-primas estabelece uma relação comercial sempre desfavorável em relação aos países mais industrializados, isso já o demonstrava David Ricardo, bem antes de Marx. A comemoração do governo brasileiro em relação ao crescimento obscurece esse traço extremamente negativo que se opera na economia nacional: o aumento do atraso relativo do país em relação às potências.

O país semicolonial, nas condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento econômico, como foi no período de crescimento do comércio mundial ao longo da maior parte do governo Lula, agravou suas condições de dependência. Agora, no período de crise mundial capitalista, essas tendências de atraso são agravadas.

Os capitalistas e seus governos respondem à crise com medidas de ataque às condições de vida e trabalho das massas. A inflação que já se sente corrói os salários; o aumento dos juros e redução dos prazos de financiamento bloqueiam o consumo; a retração na indústria e agronegócio afetará o emprego; os cortes de investimentos e gastos públicos levarão a menos moradias, serviços públicos e archo sobre o funcionalismo (já anunciado pela presidente eleita).

As massas têm de responder com a mobilização ao redor de suas reivindicações. O Programa de Transição aponta o caminho para enfrentar a crise capitalista e avançar rumo à superação da barbárie através da revolução proletária.

## O caso Sakineh

Em entrevista ao Washington Post, Dilma Rousseff criticou a posição do Brasil em ter se abster na votação da resolução da ONU que condenava o Irã por violar recorrentemente os direitos humanos, ressaltando em particular a decretação da pena de morte por apedrejamento de Sakineh Ashtiani e, depois, comutada pela forca, acusada de adultério e de assassina do marido. A declaração da presidente de que discorda das “práticas medievais características que são aplicadas quando se trata de mulheres” e que por isso foi um erro não ter votado em favor da moção da ONU soou para os Estados Unidos, ONGs, Anistia e toda sorte de opositores no Brasil à linha do Itamaraty de aproximação com o Irã como uma salutar mudança.

O chanceler Celso Amorim qualificou de demagógica a resolução. A posição abstencionista não se restringiu ao caso do Irã, o mesmo se passou com as moções de condenação de Cuba, Sudão, etc. A diplomacia brasileira entendeu que essas moções sobre direitos humanos eram instrumentos dos Estados Unidos para atuar contra os seus opositores. Evitou-se, assim, votar a favor, mas também não votava contra.

A posição abstencionista do Brasil era cômoda, porém terminava por expressar desacordo com os Estados Unidos. No caso de Cuba, a campanha contra o governo Lula foi extraordinária. A reação pró-imperialista e subserviente aos Estados Unidos exigiu que o Brasil se alinhasse à política dos direitos humanos ditada pela Casa Branca. O abstencionismo mostrou a fragilidade do governo em responder à altura.

No caso da resolução sobre o Irã, 80 votos se alinharam aos Estados Unidos, 44 foram contra e 54, de abstenção. Nota-se

que, somados os votos contrários e as abstenções, a moção foi derrotada. Assim, a abstenção revelou incapacidade e covardia dos governos. A posição de Dilma, por sua vez, é de subserviência.

Nenhum país oprime mais que os Estados Unidos. Seus crimes são incontáveis, incluindo a tortura de presos políticos e o uso de campo de concentração, como o de Guantánamo. As milícias que perseguem, sequestram e matam imigrantes que entram pelo México no país são conhecidas e acobertadas pelo governo.

É claro que os direitos humanos são instrumentos da política imperialista usados para justificar o intervencionismo imperialista. A violência reacionária, em qualquer país, terá de ser combatida pelos explorados, sobre os quais recaem as consequências. Não há dúvida que a autocracia iraniana (não só do Irã) conserva leis religiosas e hábitos bárbaros contra as mulheres. A amputação de crime para o adultério e, pior ainda, a pena de morte por apedrejamento são restos da velha barbárie que a sociedade de classe conserva. Mas a pena de morte, que vige nos Estados Unidos, China, etc., também é bárbara. Se há uma resolução a ser tomada, é a da condenação de toda pena de morte.

Dilma sacou o hipócrita argumento de que se trata da opressão feminina. Ela, como presidente e mulher, não poderia orientar o Itamaraty a se abster. O que essa orientação estaria causando não seria a defesa da mulher, mas a defesa da política imperialista dos Estados Unidos, que violam o direito de autodeterminação do Irã ter seu programa nuclear e de resolver seus próprios problemas.

## Barbárie

# Faces da barbárie capitalista

No dia 9 de novembro, portanto poucos dias antes da polícia ocupar favelas no Rio de Janeiro, 18 detentos foram mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luiz do Maranhão. Esse foi o resultado do motim dos presos que não suportam viver como sardinhas em celas superlotadas. O governo alegou que durante trinta horas se tentou resolver a rebelião, mas que não foi possível evitar o final sangrento.

As mortes serviram de arma de protesto. Presos matam presos, resolvendo pendências e rixas internas. Tomada a penitenciária e feito quatro funcionários de reféns, a moeda de troca dos rebelados foram as vidas de outros detentos. A polícia protelou as negociações. Pouco se importou com as mortes.

Segundo o Secretário de Segurança do Maranhão, Aluísio Mendes, “foi uma rebelião que começou simplesmente para cometer uma série de crimes”. Não é o que a realidade carcerária de Pedrinhas mostra. Foi apurado que o Complexo comporta apenas 2 mil presos, mas se encontra superlotado com 4 mil.

O argumento de que o motim serviu apenas de álibi para se fazer as execuções é uma farsa. Eis o que diz a reportagem do Estado de São Paulo: “Na rebelião desta semana, alguns detentos chegaram a citar como exigência, após as mortes, a transferência de alguns para as respectivas cidades. Eles tam-

bém exigiram diminuição da superlotação, melhoria no abastecimento de água e de comida para o presídio e a exoneração do diretor-geral, Luis Henrique Freitas.”

A responsabilidade imediata pela revolta e pelas mortes cabe às autoridades carcerárias e à governadora Roseana Sarney. Mas vai muito além das autoridades do Estado do Maranhão. A situação degradante do sistema penitenciário brasileiro é por demais conhecida. Rebeliões e mortandades ocorrem periodicamente. O massacre do Carandiru em São Paulo, em que a tropa de choque executou mais de cem presos indefesos, constituiu o ponto alto da barbárie dos presídios brasileiros.

As mortes em São Luiz do Maranhão ficaram obscurecidas com o espetáculo policial de ocupação da favela do Cruzeiro no Rio de Janeiro.

## Agiganta-se a população carcerária

O Brasil ocupa o terceiro posto em população carcerária do mundo. Primeiro os Estados Unidos, com 2.297.400 detentos, segundo a China, com 1.629.000 e terceiro o Brasil, com 494.598. Esses números expressam bem a decomposição social na maior potência, na China que restaura o capitalismo e no Brasil semicolonial, constituído de uma formidável massa de pobres e miseráveis.

Segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça, a população carcerária vem aumentando assustadoramente. Nos últimos 5 anos, o crescimento do número de detentos foi de 37%. Não foi maior porque a polícia não cumpriu cerca de 500 mil mandados de prisão. Somados, os prisioneiros aproximariam de 1 milhão. Não há como a polícia realizar a façanha de trancafiar mais meio milhão de criminosos. Destaca-se o fato de ter havido um aumento de prisioneiras femininas (60%), em razão do tráfico de drogas. Um contingente considerável de mulheres tem sido usado como força de trabalho para a venda de entorpecentes.

As estatísticas continuam a denunciar a degradação das prisões no Brasil. Na presente situação, há um déficit de 170 mil vagas. O que resulta em superlotação das penitenciárias e o uso inapropriado das cadeias de delegacias. Considerando a taxa média de ocupação, o Brasil detém uma das piores do mundo – 1,65 preso por vaga.

De nada adiantaram as investigações da Comissão de Direitos Humanos da OEA e os processos contra a violação de direitos dos presos no Brasil que correm na Corte Interame-

## Impunidade

# Mortos pela ditadura militar

Especialistas vasculharam o Cemitério da Vila Formosa e descobriram ossadas que podem ser de militantes da esquerda armada. O assassinato e desaparecimento de corpos mostram a orientação do governo militar e dos órgãos de repressão de executar militantes.

Os agentes que respondem pela ação de esclarecimento sobre mortos e desaparecidos da Secretaria dos Direitos Humanos do governo federal suspeitam que as sepulturas do cemitério foram alteradas ainda sob o regime militar, prevendo-se uma possível investigação e dificultando a descoberta da ossada.

Não há dúvida de que existem muitas sepulturas clandestinas. As antigas revelações das valas comuns no Cemitério de Perus e os corpos encontrados, alguns já identificados, tornaram as acusações de assassinato com ocultação de cadáveres comprovadas. No entanto, ninguém foi punido pelas execuções de presos políticos. Os ossos amontoados, passados vários anos, não receberam o tratamento devido de identificação. As descobertas das ossadas clandestinas da Vila Formosa terão o mesmo destino.

É quase certo que um dos restos mortais é do militante desaparecido Sérgio Correia. E o outro, de Virgílio Gomes da Silva, que respondia pelo codinome comandante Jonas.

O procurador da República Marlon Alberto Weimer aventou a possibilidade de se levantar um memorial para os mortos e desaparecidos no Cemitério da Vila Formosa. É uma medida simbólica que servirá, caso seja concretizada, para lembrar dos crimes da ditadura.

O fundamental está no fato do Estado burguês e do governo não poderem passar a limpo a violência reacionária dos militares e da polícia política. Nem mesmo os arquivos da ditadura foram preservados e colocados à disposição pública. As Forças Armadas ocultaram documentos que comprometiam a instituição militar e policial de conjunto.

Os responsáveis diretos e indiretos pela violência reacioná-

rica de Direitos Humanos, sediada na Costa Rica. Tortura, maus tratos e toda sorte de arbitrariedade são fartamente constatados.

A rebelião no Complexo de Pedrinhas e os 18 mortos são parte dessa cadeia de opressão montada nos presídios brasileiros. Os detentos que cometeram os mais variados crimes são uns infelizes que não escaparam da decomposição social provocada pelo desemprego, pelo salário mínimo de fome e pela miséria.

As reivindicações voltadas a garantir os direitos dos presos para que tenham suas vidas protegidas pelo Estado são importantes. Mas não constituirão em solução. É necessário rejeitar o consolo religioso e a falsa idéia de recuperar os detentos pela fé. A tarefa consiste em erradicar a pobreza, a miséria e o baixo nível cultural que condicionam a existência da maioria oprimida. Para isso, o proletariado conquistou o programa da revolução socialista. Toda sorte de chaga social e de sofrimento dos explorados serão eliminados pelos próprios explorados, lutando contra a exploração do trabalho e pela derrocada da classe capitalista, com o programa proletário.

ria permanecem na sombra do anonimato. Um ou outro nome veio à tona, mas sem nenhuma consequência. Agora mesmo, quando se vasculha o Cemitério da Vila Formosa, o tenente-coronel reformado Mauricio Lopes Lima narra uma versão fantástica de sua participação nas mortes de Antônio dos Três Reis de Oliveira, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e de Alceri Maria Gomes da Silva, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

O agente da Operação Bandeirante (OBAN) foi condecorado pela ditadura e recebeu uma polpuda pensão. O homem foi acusado por Dilma Rousseff, hoje presidente da República, em depoimento, como um de seus torturadores. Não obstante o oficial se dá o luxo de mentir descaradamente sobre o período de terror da ditadura.

Antônio dos Três e Alceri foram executados em um cerco ao esconderijo em que se refugiavam. O tenente-coronel Mauricio Lopes comandou o fuzilamento. Pois bem, nenhuma investigação séria será feita. O mesmo se passou com o famoso caso do coronel Ulstra, reconhecido torturador e matador de presos políticos.

No governo Lula, a Secretaria dos Direitos Humanos tentou levantar o manto da Anistia que oculta torturadores e assassinos. Ao lado, no ministério da Defesa, armou-se um bombardeio contra a branda e legal medida. Os militares se insurgiram, Nelson Jobim ameaçou se demitir e se criou um clima de crise política. Lula recuou e o secretário dos Direitos Humanos, Sr. Paulo Vannuchi, se recolheu. As indenizações têm servido para comprar a Verdade e a Memória, bandeira oficial dos Direitos Humanos.

Não resta dúvida que os crimes da ditadura serão inteiramente expostos e suas vítimas que tombaram por convicções políticas e sociais terão suas memórias cristalizadas. Mas resultará da luta do proletariado e dos demais explorados contra a burguesia e sua ditadura de classe.

*Resumimos alguns dados sobre Alceri Maria Gomes da Silva e Antônio dos Três Reis de Oliveira, que constam no Dossiê Ditadura – Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – 1964-1985, publicado pela Imprensa Oficial do governo do Estado de São Paulo*

## Alceri Maria Gomes da Silva

Nascida a 25 de maio de 1943, em Cachoeira do Sul (RS) e morta em 17 de maio de 1970. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, iniciando sua participação no movimento operário como sócia do sindicato dos metalúrgicos. Em seguida, entrou em contato com a VPR. Foi assassinada junto com Antônio dos Três Reis de Oliveira, em São Paulo, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança. Seus pais foram informados de sua morte pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas, apelidado Dois Dedos. Era conhecido em Canoas pela sua ferocidade e avisou a família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos. A família soube apenas isso. Não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura, embora sua irmã Clélia a tenha procurado em delegacias, no IML e na funerária de São Paulo. Valmira, uma de suas irmãs, também militante, não suportou a morte de Alceri e se suicidou. Alceri e Antônio foram sepultados no cemitério da Vila Formosa e seus restos mortais nunca foram resgatados.

## Antônio dos Três Reis de Oliveira

Nasceu em 19 de novembro de 1948, na cidade de Tiros (MG). Foi morto em 17 de maio de 1970. Militava na Ação Libertadora Nacional (ALN). Participou na União Paranaense de Estudantes. Tornou-se delegado do Paraná junto a UNE. Era membro da Associação dos Serventuários da Justiça. Produziu programas para rádio local, com José Idésio Brianezi, assassinado em 13 de abril de 1970. Militou na Dissidência do PCB e, em 1969, ingressou na ALN com Brianezi. Foi indiciado no Processo 15/68 por sua participação no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em outubro de 1968, na cidade de Ibiuna (SP). Passou para a clandestinidade, indo residir em São Paulo. Excluído do inquérito policial 9/72, em decorrência de sua morte, que nunca foi assumida oficialmente. Seu laudo necroscópico, encontrado nos arquivos do IML/SP, em 1990, refere-se a um único tiro no olho direito e foi assinado pelos médicos legistas João Page-noto e Abeylard Queiroz Orsini. Apenas com a abertura dos arquivos do DOPS/PR, em 1991, foi possível encontrar dados sobre a morte e local onde Antônio dos Três Reis foi enterrado. Seu nome foi encontrado em uma gaveta com a identificação de “falecidos”, onde constava que fora enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, em 21 de maio de 1970. No relatório do Ministério da Aeronáutica, encaminhado ao Ministro da Justiça, em 1993, consta que “faleceu em 17 de maio de 1970, em Taubaté, [sic] SP, quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um provável aparelho que resultou na sua morte”. Assim mesmo continuaram a omitir a informação sobre seu paradeiro à sociedade e aos seus familiares.

## "Apelo aos agentes da repressão"

Em palestra sobre os direitos humanos, no Sindicato Metalúrgico do ABC, o secretário dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, referindo-se aos crimes da ditadura, lamentou: “A questão chave é que não conseguimos convencer as pessoas que participaram da repressão a contar onde estão os restos mortais dos desaparecidos políticos.” “Só assim vamos saber se os corpos foram, por exemplo,

mutilados ou jogados no mar.” (Tribuna Metalúrgica do ABC, de 7/12).

É inacreditável, mas é real. O secretário que pretende com os direitos humanos “a reconciliação democrática” das famílias dos desaparecidos com os agentes da ditadura depende da disposição dos responsáveis pela repressão em revelar seus próprios crimes.

## Rosa Luxemburgo - sobre a repressão

Não queríamos “anistia” nem perdão para as vítimas políticas do velho poder reacionário. Exigíamos nosso direito à liberdade, à luta e à revolução para aquela centena de militantes corajosos e leais que definhavam nas penitenciárias e nas prisões por terem lutado, sob a ditadura militar do bando criminoso imperialista, pela liberdade do povo, a paz e o socialismo. Agora estão todos em liberdade. Estamos novamente enfileirados, prontos para o combate. Não foram os Scheidemann e seus cúmplices burgueses, com o príncipe Max1 à frente, que nos libertaram. Foi a revolução proletária que fez explodir as portas de nossas casamatas.

Contudo, outra categoria de habitantes infelizes desses edifícios lúgubres foi completamente esquecida. Ninguém pensou até agora nos milhares de figuras pálidas e macilentas que definham anos a fio atrás dos muros de prisões e penitenciárias expiando crimes comuns.

E no entanto são vítimas infelizes da infame ordem social

contra a qual a revolução se dirigiu; são vítimas da guerra imperialista, que levou a miséria e a desgraça aos extremos da mais insuportável tortura; que, ao custo de uma carnificina brutal, desencadeou em naturezas fracas, dotadas de taras hereditárias, os instintos mais vis.

A justiça de classe burguesa funcionou mais uma vez como uma rede que deixa tranquilamente escapar de suas malhas os tubarões rapaces enquanto as pequenas sardinhas nelas se debatem desamparadas. Os especuladores, que ganharam milhões com a guerra, ficaram na sua maioria impunes ou receberam penas pecuniárias ridículas; os pequenos ladrões e as pequenas ladras são punidos com penas de prisão draconianas.

Passando fome e frio nas celas quase sem aquecimento, psicologicamente abatidos pelo horror dos quatro anos de guerra, esses enjeitados sociais esperavam misericórdia e alívio.

Mas esperam em vão. O último dos Hohenzollern, soberano bondoso preocupado em fazer os povos degolarem-se uns



aos outros e em distribuir coroas, esqueceu-se dos infelizes. Desde a conquista de Liège não houve durante quatro anos qualquer anistia digna de menção, nem sequer no feriado oficial dos escravos alemães, o “aniversário do Kaiser”.

Agora a revolução proletária precisa iluminar com um pequeno raio misericordioso a existência sombria nas prisões e nas penitenciárias, diminuir as sentenças draconianas, abolir o bárbaro sistema disciplinar - correntes, açoites! -, melhorar no que for possível o tratamento e os suprimentos médicos, a alimentação e as condições de trabalho. É uma questão de honra!

O sistema penal existente, profundamente impregnado de um brutal espírito de classe e da barbárie do capitalismo, precisa ser extirpado de vez. É preciso começar imediatamente uma reforma de base do sistema penal. É evidente que uma reforma totalmente nova, no espírito do socialismo, só pode ser estabelecida sobre o fundamento de uma nova ordem econômica e social, pois tanto crimes quanto castigos estão em última instância enraizados nas condições econômicas da sociedade. No entanto, uma medida radical pode ser adotada sem mais: a pena de morte, a maior vergonha do ultra-reacionário código penal alemão, precisa desaparecer imediatamente! Por que hesita o governo dos trabalhadores e soldados? Será que o nobre Beccaria, que há duzentos anos denunciou em todas as línguas civilizadas a infâmia da pena de morte, não existiu para vocês, Ledebour, Barth, Däumig? Vocês não têm tempo, têm pela frente mil preocupações, mil dificuldades, mil tarefas. É verdade. Mas peguem o relógio e olhem quanto tempo leva para abrir a boca e dizer: está abolida a pena de morte! Ou será que entre vocês deveria haver a esse respeito um longo debate com votação? Será que nesse caso vocês também se deixariam enredar num emaranhado de formalidades, considerações de competência, questões de rubricas, carimbos e futricas semelhantes?

Ah, como é alemã esta revolução alemã! Como é prosaica, pedante, sem entusiasmo, sem brilho, sem grandeza. A pena de morte esquecida é somente um pequeno detalhe isolado. Mas é precisamente nesses pequenos detalhes que se trai de costume o espírito intrínseco do todo!

Peguemos qualquer livro de história da grande Revolução Francesa, por exemplo, o árido Mignet. É possível ler esse livro sem o coração palpitante e a frente em brasa? Quem abriu qualquer página ao acaso pode largá-lo antes de ter ouvido, empolgado, sem fôlego, o último acorde desse grandioso acontecimento?

É como uma sinfonia de Beethoven, intensamente poderosa, uma tempestade trovejando no órgão dos tempos, grande e soberba, tanto nos erros quanto nos acertos, tanto na vitória quanto na derrota, tanto em seu primeiro grito ingênuo de júbilo quanto em seu último suspiro. E o que acontece agora na Alemanha? A cada passo, pequeno ou grande, sente-se que são sempre os velhos e bem comportados companheiros da defunta social-democracia alemã, para quem os carnês de filiação eram tudo, os homens e o espírito, nada. Não devemos nos esquecer contudo que não se faz história sem grandeza de espírito, sem pathos moral, sem gestos nobres.

Liebnecht e eu, ao deixarmos os hospitaleiros espaços onde vivemos ultimamente - ele, seus irmãos de penitenciária, de cabeça tosada, eu, minhas pobres queridas ladras e mulheres da rua com quem vivi três anos e meio debaixo do mesmo teto - nós lhes prometemos solenemente, enquanto nos acompanhavam com o olhar triste: não os esqueceremos!

Exigimos do Comitê Executivo dos conselhos de operários e soldados um abrandamento imediato do destino dos prisioneiros em todos os cárceres da Alemanha!

Exigimos a supressão da pena de morte do código penal alemão!

Durante os quatro anos de genocídio imperialista o sangue correu em torrentes, em riachos. Agora é preciso guardar respeitosa e cuidadosamente cada gota dessa seiva preciosa em recipientes de cristal. A mais violenta atividade revolucionária e a mais generosa humanidade - este é o único e verdadeiro alento do socialismo. Um mundo precisa ser revirado, mas cada lágrima que cai, embora possa ser enxugada, é uma acusação; e aquele que, para realizar algo importante, apressadamente e com brutal descuido esmaga um pobre verme, comete um crime.

*Die Rote Fahne (Berlim), nº3, 18 de novembro de 1918.*

*Tradução: Isabel Loureiro*

## NOTAS

1 Em 3 de outubro de 1918 o príncipe Max de Bade foi nomeado chanceler, tendo formado um governo parlamentar com o objetivo de paralisar o movimento revolucionário na Alemanha, salvar as classes dominantes e negociar com a Entente. Faziam parte do governo, entre outros, o líder da bancada do partido do Centro, Adolf Gröber, Friedrich von Payer como representante do Partido do Progresso, Philipp Scheidemann e Gustav Bauer como representantes da social-democracia.

## Denúncias

# Classe operária deve rechaçar a burocracia vendida

A Resolução da Direção Nacional da CUT, de início de dezembro, é um compromisso da burocracia sindical de sustentação do governo Dilma. Utiliza o palavreado demagogo dos petistas para elogiar os dois mandatos de Lula e mostrar o quanto fará para defender a política do novo governo.

Duas colocações são suficientes:

1) “O primeiro mandato do governo Lula foi ainda marcado pela disputa de projetos na sociedade brasileira. Essa situação alterou-se com a vitória de Lula em 2006, derrotando e se contrapondo explicitamente ao neoliberalismo. As polí-

ticas desencadeadas no segundo governo acentuaram uma nova direção para o Brasil...”

2) “Dilma foi eleita presidente pela esperança de aprofundar as mudanças. Sua eleição é o resultado do acúmulo de forças sociais e políticas, com forte presença da CUT nas ruas. Abrimos um novo período político marcado não só pela superação do neoliberalismo como, sobretudo, pela potencialidade de construção de uma nova hegemonia no Brasil”.

Os burocratas, para justificarem o servilismo ao governo, estão obrigados a falsificar a realidade. Isso porque:



1. O governo Lula foi refém dos partidos oligárquicos e administrou o Estado em favor dos negócios capitalistas;
2. A chamada “valorização do salário mínimo” não arrancou da miséria a maioria dos explorados e dos aposentados, que sobrevivem com esse salário de fome. O fato de elevar para R\$ 510,00, quando o próprio Dieese reconhece que é preciso de R\$ 2.222,90 mensais, é o maior testemunho de quanto a população padece da exploração capitalista.
3. A expansão do Bolsa-Família, permitida em função das taxas positivas de crescimento econômico do País, demonstra o assistencialismo e não a distribuição de renda, como dizem os burocratas. O que é real é que os capitalistas não têm o que reclamar dos oito anos de Lula.
4. É falsa a ideia de que a eleição de Dilma significou a “superação do neoliberalismo”. Dilma não se chocará com o poder das multinacionais e não moverá um dedo para reestatizar a empresas entregues ao capital estrangeiro pelo neoliberal FHC. A nova “hegemonia” nada mais é do que a submissão do PT ao PMDB das oligarquias. A presença da CUT nas ruas não foi para enfrentar os governos, mas sim para submeter os trabalhadores à disputa burguesa eleitoral.
5. Com Dilma, sob as novas condições econômicas criadas pela crise mundial, a máscara do reformismo e do progressismo burocrático cairá. Lula deixou o poder como caudilho, sem que tivesse de enfrentar o descenso econômico do Brasil. Dilma não terá como manter a maquiagem de esquerda que escondeu a face do governo burguês de Lula.

## Utopismo reacionário da burocracia

Os burocratas que vivem às custas dos recursos do Estado, ocupando cargos e Ministérios, não poderiam pensar diferentemente. Porém, como controlam a maioria dos sindicatos e Centrais, representam um obstáculo para a elevação política do proletariado e demais oprimidos. Submetem os trabalhadores ao Estado, que é burguês, anulando a independência política e organizativa de seus organismos de luta. Espalham a vergonhosa mentira de que vivemos “no limiar de um novo período político mais favorável à esquerda”. Ao contrário, estamos em meio a uma crise econômica e o Brasil não ficará à margem. A política dominante é a do imperialismo, que descarrega a crise sobre os empregos, salários e direitos trabalhistas. Não por acaso, Dilma anuncia nova reforma da previdência e o salário mínimo de R\$540,00. O que é fato é que o novo governo exigirá mais submissão da burocracia, para que as massas não reajam contra as medidas antioperárias e antipopulares.

O reacionarismo dos burocratas chega ao ponto de pregar “as reformas democráticas na sociedade e no Estado”. Como se fosse possível, por meio das eleições, chegar ao poder do Estado e impor reformas em favor dos oprimidos e modificar o caráter do Estado. São, na verdade, papagaios assessorados por intelectuais adaptados ao sistema capitalista.

A classe operária e os camponeses pobres necessitam de uma nova direção, o que pressupõe travar um combate sem trégua à burocracia e retomar os sindicatos para a luta de classes. O ponto de partida são as reivindicações que implicam a defesa da vida dos explorados, combinando-as com a estratégia de derrotar o capitalismo.

## Quebrar o cordão umbilical

A classe operária e os camponeses pobres vivem um pro-

fundo retrocesso político. As enormes greves metalúrgicas do ABC, as greves gerais do início dos anos 90, as ocupações de terra e a luta do funcionalismo público contra as reformas antinacionais e antipopulares foram jogadas no lixo pela burocracia sindical. No lugar, inventaram o sindicalismo “cidadão”, que nada mais é do que o estatismo em seu estágio mais avançado. As consequências são desastrosas. Entre elas, o retrocesso político da classe operária. A nova geração do proletariado, que não viveu as manifestações do final dos anos 70, foi educada pela política burguesa do sindicalismo “cidadão e de resultados”. A burocracia anulou o curso natural da luta de classes, substituindo-o pela conciliação de classes.

O retrocesso político tem permitido o aumento da exploração do trabalho e a destruição de conquistas sociais do passado. Não há outra via senão combater os responsáveis pelo retrocesso. Daí a importância da defesa do programa operário, da intervenção sistemática nas fábricas e a constituição das frações revolucionárias.

A política de cindir a CUT, realizada pelo PSTU e PSOL, retarda a tarefa de varrer a burocracia. Não há com encurtar o caminho. A burocracia tem de ser derrotada onde ela está incrustada.

## Retrato dos burocratas

Assim que Dilma foi eleita, as burocracias da CUT e Força Sindical marcaram presença nos corredores do governo. Assunto: valor do salário mínimo. A equipe econômica exigia que a chamada “valorização do salário mínimo” não ferisse a regra pré-estabelecida. O reajuste deve obedecer ao crescimento do PIB de dois anos anteriores e a correção da inflação. Como o crescimento foi negativo em 2009, a pelegada correu para pedir umas quirelas a mais. O governo anunciava R\$ 540,00 e os sindicalistas vendidos, R\$ 580,00, mas aceitavam contra-proposta. Resultado: o que o governo anunciar está de bom tamanho, porque não moverão uma palha em defesa sequer dos R\$580,00. Pedem um pouco mais, fazem sala no Palácio, o governo bate o pé e os burocratas retornam defendendo a miséria.

Nos palanques dos movimentos sociais, esses dirigentes discursam em favor do salário mínimo do Dieese, que calcula o valor em R\$ 2.222,90. Mas, na realidade, assinam o salário determinado pelo governo. A burocracia sindical está sempre pronta a manter a exploração do trabalho e o sistema capitalista.

## Defender a vida dos trabalhadores e aposentados

Rios de dinheiro são gastos nas campanhas eleitorais. Montanhas de recursos públicos são surrupiadas pelos poli-queiros. Milhões e milhões vão para os cofres dos banqueiros, das multinacionais e dos empresários nacionais. A burguesia conta com o Estado, com as leis de proteção do capital e com os subsídios públicos. Sonegam os impostos e impõem uma brutal exploração sobre a maioria assalariada. E determinam o valor do salário mínimo, condenando milhões de aposentados, camponeses e operários à miséria. A burocracia sindical, ao defender o salário mínimo de R\$ 580,00, está protegendo esta casta parasitária.

O Dieese diz que uma família precisa de um mínimo necessário de R\$ 2.222,90 para comer, vestir, morar, locomover e pagar as tarifas (água, luz, impostos). Certamente, esse salário mínimo necessário não dá para manter uma família de 4 pes-

soas, particularmente nas capitais.

### **Conlutas: dobrar o valor do mínimo?**

A Conlutas, dirigida pelo PSTU e que é defensora dos cálculos do Dieese, propõe “dobrar o valor do salário mínimo”. Ao invés de R\$510,00, anunciou R\$1020,00. Portanto, menos da metade do valor do Dieese. A Conlutas procura se diferenciar das burocracias pró-governo, mas cai na mesma vala, que é defender pouco para ser possível de conquistar sem ferir a lógica do sistema de exploração do trabalho.

O POR parte do caminho inverso. Ou seja, o que é vital para os trabalhadores. O que é preciso para manter uma família de 4 pessoas em condições dignas de existência. Isso significa defender o salário mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser de R\$ 3.500,00. Essa reivindicação implica a defesa do método, que só pode ser o da luta de classes. É no enfrentamento direto com o governo e a classe patronal que os explorados avançarão a consciência de que as reivindicações vitais se chocam com o sistema econômico e com os governos de plantão.

Para se defender um programa de reivindicações essenciais para a vida das massas, é preciso que essas estejam vinculadas à estratégia revolucionária. Não há como avançar as bandeiras dos explorados sem que seja por meio da encarniçada luta de classes. E essa exige que o proletariado levante o programa da revolução social. O método que une as reivindicações essenciais à tomada do poder pela classe operária se contrapõe ao método sindical corporativista de rebaixar ao máximo as reivindicações vitais e de desvinculá-lo da ação direta. Rechaçamos não só a política da burocracia estatizante de evitar que os explorados levantem suas reivindicações essenciais como também a política do centrismo encarnado na Conlutas de adaptar as necessidades das massas às reivindicações rebaixadas.

## **Camponeses Pobres: nenhum compromisso com o governo Dilma**

A direção do MST reconhece que o governo Lula não cumpriu o “plano de reforma agrária”, não atualizou os índices de produtividade e não assentou as famílias acampadas. Diz que a maioria dos assentamentos foi na Amazônia e que os acampados estão no Nordeste, Sul e Sudeste. Diz que bastava o governo cumprir a Constituição e atualizar os índices de produtividade da terra para que as desapropriações se viabilizassem. E que era necessário destinar terras públicas para a reforma agrária. Por outro lado, denuncia que o governo valorizou o agronegócio com recursos estatais em detrimento do compromisso de resolver o problema social criado pela concentração da terra.

As colocações acima, no entanto, não significam modificar a política do movimento dos sem-terra de apoio ao governo. Ao contrário, continuou defendendo o governo Lula e trabalhou pela vitória de Dilma.

Novamente, a direção do movimento camponês alimentará esperanças de que o novo governo tem todas as condições para erradicar a pobreza, que implica a reforma agrária. Argumenta que o governo precisa criar as condições, seja para o Incra ou os organismos que tratam da reforma agrária. Conclui que é preciso “vontade política e medida estruturada para realizar

a reforma agrária. O caminho apresentado é o do “diálogo”, coisa que Lula e Dilma não se negarão.

O problema está em que a “vontade política” não é subjetiva ao governo. Pelo contrário, expressa o seu conteúdo de classe e as forças concretas que comandam o poder do Estado. A “vontade política” de Dilma terá de responder aos latifundiários, à fração agroindustrial e ao capital financeiro. É pura ilusão supor que os camponeses poderão modificar a “vontade política” do governo burguês.

Aí está toda a miséria política da direção do MST. Isso por que:

1. A reforma agrária depende da luta de classes para enfrentar os latifundiários e a burguesia de conjunto;
2. O Estado é um instrumento da ditadura de classe da burguesia. Portanto, as Leis, a Justiça e a Polícia estão a serviço da proteção da propriedade privada dos meios de produção. O direito à propriedade e à concentração de terras é assegurado pela Constituição;
3. A experiência da luta pela terra (Ligas Camponesas, MST etc) demonstrou que nenhum governo, seja nacionalista ou reformista, enfrentará o poder da classe que o sustenta;
4. Os camponeses sem-terra fizeram e fazem ocupações heróicas, perdem suas vidas, mas isoladamente não têm força para combater os latifundiários. Isso se deve ao lugar que ocupa enquanto classe nas relações de produção. Como classe camponesa defende a pequena propriedade privada.
5. A solução do problema da terra virá da aliança operária e camponesa, sob a direção do programa do proletariado. Única classe, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, capaz de impor a derrota da burguesia por meio da revolução proletária.

Dessa forma, o apoio ao governo de Lula e Dilma significa submissão do movimento à política de proteção do capital.

## **Mais 4 camponeses assassinados:**

**Paulo Roberto Paim; José Jacinto Gomes; Givaldo Vieira Lopes e Lourival Coimbra Gomes**

Em dezembro, veio à tona o assassinato dos 4 camponeses, mortos entre maio e outubro. Faziam parte da ocupação realizada por 600 famílias na Fazenda Cristalino. Lourival teve a cabeça decepada, José Jacinto foi torturado e morto e os demais foram mortos à bala.

A ocupação foi dirigida pela Fetraf, em 2008, numa área de 50 mil ha. da Fazenda Cristalino, que pertenceu a multinacional Volkswagen, no Pará. Em 2009, algumas famílias se desligaram da Fetraf e criaram uma associação de produtores rurais. A partir daí as ameaças de morte foram constantes. Os membros da associação acusam os grupos de extermínio. A lista dos marcados para morrer é de conhecimento da polícia e do ministério público. Mas nada tem sido feito.

A responsabilidade pelos assassinatos é do governo que não desapropria a fazenda e dos latifundiários. Há que defender a imediata expropriação, sem indenização, da fazenda e a entrega das terras aos ocupantes. Constituição dos tribunais populares, como instrumento de punição aos assassinos.

## Balanço do XXIII Congresso da APEOESP

# Avançou a burocratização e estatização

Os três dias de Congresso serviram para a Articulação (PT) aprovar as mudanças estatutárias, que implicaram a eliminação de traços de democracia sindical e da autonomia das sub-sedes, e o apoio ao governo Dilma.

Desde o primeiro dia, a burocracia petista preparou-se para o golpe das mudanças estatutárias. Para isso, utilizou, inicialmente, a votação do Regimento. Tentou por duas vezes interromper as discussões das emendas e dar por aprovada a sua proposta. O objetivo, nesse ponto, era manter o mesmo funcionamento burocrático do Congresso de anos anteriores (tese-guia, corte de 20% para aprovação das resoluções nos grupos, tempo para as plenárias etc.) e vincular a aprovação da tese-guia à aprovação das alterações no estatuto. Apesar de ter a maioria do Congresso (mais de 60%), as votações não foram tranquilas. A Oposição estava unificada contra o autoritarismo da burocracia.

As correntes Articulação Sindical, CSC (PCdoB) e O Trabalho se unificaram em torno das mudanças estatutárias e na defesa do governo Lula e do novo governo eleito. Centraram suas intervenções no ataque aos governos do PSDB em São Paulo, destacaram inúmeras vezes que a greve do ano foi vitoriosa e que o CONAE, o FUNDEB, o PDE foram um avanço para a Educação do país.

As teses de Oposição focaram sobre os ataques que o governo Dilma pretende desferir sobre os trabalhadores (Reforma da Previdência) e o fim da democracia sindical proposto na tese da Articulação.

A Corrente Proletária (tese 3) centrou sua defesa na questão da democracia operária (assembleias massivas e públicas, amplo direito de divergência, proporcionalidade, etc.) e das reivindicações do magistério (estabilidade para todos os Ofas, salário mínimo vital, escala das horas de trabalho). A tese 3 foi a única que tirou votos de alas do interior de SP (dominado pela Articulação), o que demonstra que a defesa radical do emprego, do salário e da democracia operária constituem as reivindicações mais sentidas pelo professorado.

### A tese-guia

A Articulação parece ter seguido a programa eleitoral do governo Lula para estruturar a sua tese. De ponto a ponto, defende quase que textualmente os argumentos governistas.

Sobre a conjuntura internacional e nacional, afirma que a crise é consequência de políticas neoliberais de governos como o de FHC e que o Brasil venceu a crise, abrindo um novo período de crescimento, com “distribuição de renda e justiça social”. O papel dos sindicatos nessa conjuntura é ajudar as políticas de governos como o de Lula a criar um bloco hegemônico contra os “conservadores”.

Quanto à educação, a tese faz apologia ao documento final do CONAE, ao Conselho Nacional de Educação, do qual a presidenta do sindicato faz parte, e defende o Piso do Magistério como “ponto de partida” para a questão do salário. No balanço sindical, é exitista e defende que a direção majoritária é responsável por várias vitórias no último período. Nega que

a greve tenha sido derrotada, pois se apoia numa espécie de “vitória moral” (“um exemplo de cidadania”).

Os pontos mais graves da tese da Articulação aparecem no Plano de Lutas, quando defendem, textualmente, a nova Reforma da Previdência. Afirmando: “(...) ressaltamos que não haverá solução definitiva para essa questão enquanto não forem, dentro do Ministério separadas as esferas e as contas que dizem respeito das aposentadorias dos trabalhadores e às questões relativas à seguridade social de uma forma mais geral (pensões e saúde)”. Expressam nesse trecho o que o governo Dilma pretende realizar nos próximos anos. Preparam o terreno para as próximas traições. Por isso, propõem na tese alterações estatutárias que garantam maior controle do sindicato, medidas que vão desde o aumento do tempo para as eleições das sub-sedes até o fim das assembleias abertas.

Quando foi aprovada a tese da Articulação como tese-guia, o restante do Congresso foi determinado pelo alto grau de burocratismo que ela expressava.

### Reuniões de grupos

Como antes, os delegados não puderam escolher os grupos de que gostariam de participar. Os crachás condicionavam a participação, o que favorecia a burocracia, diluindo a oposição, em menor número, pelos 8 grupos.

Os temas também não eram escolhidos pela plenária, mas determinados pela burocracia dirigente. A Corrente Proletária participou de todos os grupos defendendo resoluções contrárias à tese-guia. O acordo entre as teses de Oposição é que todas as propostas apresentadas fossem votadas em conjunto para que na plenária geral todas as correntes tivessem direito a voz.

As principais emendas da tese 3, aprovadas nos grupos, tinham como conteúdo as seguintes proposições: a) não ao FUNDEB/municipalização; b) fim da rede privada de ensino, estatização sem indenização; c) não ao PNE e toda legislação privatista; d) por um plano de lutas centrado na defesa do emprego, através da estabilidade e da escala móvel das horas de trabalho, e centrado na defesa do salário, através do salário mínimo vital; e) defesa dos sistemas únicos de saúde, previdência e de educação; f) defesa da democracia operária, contra o golpe da Articulação Sindical.

### Plenárias Gerais

Quando da votação, os setores oposicionistas se unificaram contra todas as propostas do setor majoritário, no entanto a maioria da Articulação impedia que qualquer proposta da oposição fosse aprovada. O resultado foi o esperado: além de medidas de apoio ao governo, de ataque à educação, a Articulação conseguiu aprovar as posições de aumento da burocratização do sindicato (aumento dos diretores, das secretarias, penalidade às sub-sedes de oposição e mudança na composição da direção executiva). A única proposta da Articulação não aprovada foi tornar as assembleias fechadas e com apresentação de holerite, isso porque ela retirou no último momento

com receio de que setores da própria direção burocrática e de uma parcela de delegados votassem contrários à proposta.

Como em outros anos, todas as discussões novamente foram mutiladas, porque o “tempo regimental” se esgotava e o tema sendo votado era substituído por outro. Esse mecanismo de tempo regimental servia para aprovar compulsoriamente a posição da tese-guia. A burocracia festejava a destruição do sindicato e das reivindicações de luta.

## **APEOESP segue o caminho da CUT**

A mesa de abertura do primeiro dia contava com vários burocratas nacionais, como o presidente da CNTE e representantes da CUT, e dirigentes da Conlutas. Comum à fala deles era o discurso de que a APEOESP era o sindicato mais democrático do país, pois permitia que correntes de oposição sentassem à mesa como “iguais”.

Embora a fala obscureça que a APEOESP também é burocrática, evidencia o contraste real entre os organismos da CUT e o sindicato de professores estadual. “Esse contraste precisa ser eliminado”, era o que implicitamente a fala dos burocratas cutistas expressava. Esse Congresso foi um passo importante para eliminação do resto de democracia interna.

O aumento dos burocratas, a mudança na forma de composição da Direção e as penalidades às subsedes de oposição convergem para essa meta: tornar a APEOESP um reflexo da CUT, que já havia eliminado com as regionais e com a democracia dos congressos.

Entretanto, uma contradição manteve-se: a existência das assembleias massivas e abertas. Esse é um obstáculo para a destruição completa do sindicato de luta. Mesmo que agora a Articulação consiga deter todo o aparelho e sufocar, em seu interior, a participação da

Oposição, restam ainda as decisões das assembleias, resta a força de dezenas de milhares de professores reunidos em momentos de mobilização.

Por outro lado, um parte da Oposição com traços burocráticos, que se acostumara com os recursos do mais rico sindicato do país, terão também que mudar sua forma de atuação. A tarefa para toda oposição é se apoiar, mais do que nunca, na potencialidade das assembleias para se opor às medidas da burocracia dirigente. Os próximos anos colocarão em cheque o papel da Oposição Alternativa, se se colocará no campo das lutas, em radical oposição à Articulação, ou se se quebrará diante da monumental tarefa que se coloca à frente.

Do lado da Articulação, os choques internos da burocracia se amenizaram. A divisão entre ArtSind e ArtNova não tem mais sentido, pois ambos defendem o governo e o crescimento do aparelho sindical, que ameniza os choques oportunistas. Aliás, o objetivo do Congresso era esse: unificar os governistas e expurgar a oposição.

Alckmin, no Estado de São Paulo, vai dar continuidade às políticas de Serra, o qual, por sua vez, só seguia as diretrizes educacionais do governo petista. Virão as novas fases da Reforma da Previdência e Trabalhista, o ataque à Educação se manterá com o arrocho salarial e maior centralização do trabalho docente. A luta é um perigo não somente para o governo do PSDB como para o governo Dilma. A burocracia se arma para os choques futuros.

A Corrente Proletária/POR continuará enfrentando a burocracia e atuará no interior da Oposição para que essa adote o programa proletário e os métodos de luta da classe operária. Só com a unidade da oposição e com a luta nas ruas será possível varrer a burocracia e derrotar os governos.

## **Avaliação internacional reafirma o fracasso escolar**

Mais um retrato da crise na educação foi divulgado nesse dia 07 de dezembro pela imprensa. Os dados são do PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos organizado pela OCDE): metade dos jovens brasileiros com 15 anos não conseguem atingir o nível básico em leitura, em ciências e em matemática. Dos 65 países participantes da Avaliação, o Brasil alcançou a 53ª posição, perdendo para outros países da América Latina, como Chile.

Ainda que seja uma avaliação externa de um organismo internacional, propenso, portanto, à distorções, fica evidente que a juventude sai da escola sem o mínimo de aprendizagem, de norte a sul do país.

O fenômeno educacional aparece, nos momentos de crise, de forma mais estritamente relacionado ao desenvolvimento econômico do que querem ver os intelectuais e os reformistas. Não é à toa que as regiões do Sul e Sudeste apresentem os melhores desempenhos, são as regiões mais ricas e

desenvolvidas do país, enquanto norte e nordeste aparecem no fim da lista. O que os dados evidenciam é a lei de desenvolvimento desigual e combinado que permitiu uma elevação da educação em algumas regiões em virtude dos interesses econômicos de grupos capitalistas. No entanto, mesma essa educação já limitada sofre atualmente os revezes das políticas educacionais dos governos burgueses.

O crescimento de 15 ou 16 pontos na escala do PISA é comemorado pela imprensa como se estivéssemos realmente em um processo de ascensão e elevação cultural das massas, quando o que ocorre é o contrário. A escola aparece como elemento embrutecedor e reproduzidor da sociedade de classes. O pífio crescimento econômico não é mais acompanhado por desenvolvimento na educação. Vejamos como exemplo o Estado de São Paulo.

Embora seja o estado mais rico, teve uma média pior que os estados da região sul, pior

que Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal. O secretário da Educação, Paulo Renato, em vez de reconhecer a vergonha, elogiou o desempenho do Estado e atribuiu a “melhora”, em relação ao PISA de 2006, como resultado das políticas de bônus e do novo currículo. O fato é que enquanto alguns estados melhoraram, outros pioraram, o que mantém, em média, um péssimo resultado para o país.

Os organismos internacionais utilizam essas medições para impor receituários aos governos. A crise da educação não vai ser resolvida pelos governos burgueses, apenas a revolução socialista colocará na ordem do dia o problema da educação, apenas o governo operário-camponês atuará para acabar com os desequilíbrios regionais e desenvolver plenamente as forças produtivas. A luta dos trabalhadores e estudantes deve convergir para essas tarefas, sem as quais os resultados reforçaram mais e mais o fracasso escolar.

# Eleições do DCE/USP: PSol vence apoiado em votos do setor conservador dos estudantes

As eleições para o DCE da USP deste ano contaram com a participação de nove chapas, que receberam ao todo 7.691 votos. A vencedora foi a chapa da atual direção (PSol), em frente com o PCB, chamada “Todas as Vozes”, que teve 55% dos votos (4.254). Em segundo lugar, ficou a chapa do PSTU, “A USP que queremos”, com 21% (1.642 votos). As três chapas da direita foram pouco votadas: “Liberdade” 5% (404 votos), “Nova USP” 6% (460 votos) e “USP sim greve não” 3% (217 votos). As chapas de esquerda também tiveram poucos votos: “Território Livre” (MNN), 252 votos (3%); “Anel às Ruas” (LER-QI), 150 votos (2%), “Fora Rodas” (PCO), 48 votos (0,6%). A chapa de “independentes” – “A culpa é do Fidel”, teve 156 votos (2%).

As eleições deste ano aconteceram às vésperas do fim de ano (23 a 25 de novembro), quando muitos cursos já não tinham mais aulas, só provas e entregas de trabalhos. Estão inseridas num momento de grande retrocesso do movimento estudantil. Ao longo do ano, tivemos alguns momentos que poderiam alterar esse quadro, mas todas as possibilidades de mobilização foram sistematicamente sabotadas pela direção do DCE (PSol), com a colaboração do “opositor” PSTU.

A ocupação da sede da Coseas foi o primeiro deles. Diante da falta de moradia e dos critérios excludentes aplicados pela burocracia universitária, um grupo de estudantes resolveu ocupar a administração da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), que fica no térreo de um dos blocos de moradia. O movimento não conseguiu se projetar ao conjunto da universidade, ficando isolado. A direção do DCE não apoiou de fato a ocupação, por eles avaliada como minoritária e efêmera. Ainda assim, a ocupação seguiu em frente, mas continuou isolada. O POR defendeu a necessidade de realização de uma campanha que levasse a ocupação às salas de aula para tornar o movimento mais massivo e fortelecê-lo diante das ameaças sistemáticas da reitoria de despejo.

A greve dos funcionários foi o segundo momento. Diante da mobilização dos funcionários, que reivindicavam isonomia de reajuste salarial em relação aos professores, era preciso unificar os que estudam e trabalham num único movimento. Mas a direção do DCE (PSol) se colocou, ao lado do PSTU, sistematicamente contra a possibilidade de greve estudantil, e sabotou toda decisão de assembleia que a contrariasse. Ao invés de impulsionar a mobilização, a dupla PSol/PSTU defendeu a organização de um congresso estudantil nas férias, com delegados eleitos sob a política de que “é melhor discutir do que ter os colegas contra a greve”. Ou seja, o Congresso foi “construído” justamente com os anti-greves.

O isolamento imposto à greve dos funcionários ajudou a reitoria a acabar com o movimento. E o congresso estudantil deliberou uma série de resoluções reacionárias, tais como a de um Conselho de Centros Acadêmicos deliberar sobre as eleições do DCE e sobre o espaço estudantil com poderes superiores aos de uma assembleia geral, ou um quórum de 375 estudantes para evitar que as assembleias possam deliberar resoluções que contrariem o DCE.

O terceiro momento foi o da implantação pela reitoria de

uma nova reforma nos cursos, eliminando vagas e extinguindo habilitações, ao mesmo tempo em que montava processos administrativos contra estudantes que atuaram nas ocupações da reitoria em 2007 e da Coseas em 2010. A direção do DCE se negou a convocar uma assembleia de base para responder a esses ataques. O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) é que convocou uma assembleia. Mas todas as deliberações dessa assembleia foram boicotadas pela direção do DCE. Isso causou um esvaziamento naquilo que poderia se tornar um movimento contra as eliminações promovidas pela reitoria com base no regimento disciplinar da ditadura militar (1972) – (veja artigo no Massas 402).

Com o retrocesso imposto ao movimento estudantil, o caminho para manter o controle do aparelho estava aberto. O programa da chapa “Todas as Vozes” procurava expressar politicamente a conciliação com a burocracia universitária (veja-se como concebia a democratização na universidade: “Pressionar a reitoria para debater as diretrizes em um Conselho Universitário aberto à comunidade universitária”) e a “diversidade” entre os estudantes. Por diversidade, entenda-se que buscava se apoiar inclusive nos setores mais conservadores. Dessa forma, suas atitudes procuravam não contrariar esses setores: nada de ações radicalizadas que os colocassem contra a direção do DCE. Isso chegou a ser explicitado na última assembleia por uma dirigente do DCE, quando se colocou contra a realização de atos nos dias de depoimento dos acusados de atentar contra a moral e os bons costumes da burocracia universitária. Assim, a chapa do PSol não combateria a direita estudantil, nem mesmo eleitoralmente. Com uma prática adaptada à conciliação com a burocracia e avessa à mobilização, não foi difícil arrastar uma parte dos estudantes conservadores a votar em sua reeleição.

A direita, por sua vez, se dividiu. Uma chapa com raízes na Poli Elétrica (“Liberdade”), outra com raízes na FEA (“Nova USP”) e outra na extrema direita fascista (UCT - União Conservadora Cristã), a “USP sim greve não”. Juntas, somaram mil votos e não chegaram a ameaçar o PSol. De fato, não constituíram uma ameaça de tomada da organização estudantil. Ao contrário do que ocorreu no ano passado, quando estiveram a um passo de vencer as eleições. Muitos estudantes conservadores se expressaram não nessas chapas direitistas, mas na própria direção do PSol.

O PSTU organizou sua chapa com um discurso extremamente adaptado ao crescimento da direita entre os estudantes. Aplicaram durante todo esse período uma política de pseudo-oposição, com objetivos claramente eleitorais, mas estiveram ao lado da direção do PSol na maioria das votações de questões colocadas em discussão nas assembleias e mesmo no Congresso estudantil. Esse grupo compôs a direção do DCE na gestão anterior (2009) e pretende desesperadamente retomar o controle sobre o aparelho. Sua principal bandeira era por “uma USP moderna”, para dizer que combate o discurso da reitoria mas acaba, com isso, fazendo apologia da universidade dominada pela burguesia (“nossa universidade é uma das melhores do país”). Em relação ao movimento estudantil nacional, apre-

sentam uma proposta divisionista (“ruptura com a UNE”), em nome da construção de uma entidade minoritária controlada majoritariamente pelo próprio PSTU (ANEL). Dividir os estudantes nacionalmente quando a necessidade é de unificação é uma atitude lastimável que só joga a favor dos governos e seus projetos de destruição da educação pública. Coloca-se contra a privatização da USP sem defender a estatização da rede privada, sem tocar na luta contra o ensino pago. Dessa forma, o PSTU conciliou um programa de conteúdo em geral conservador com uma linha ultraesquerdista de ruptura com a UNE. A mistura não deu certo, embora não se possa negar que atraiu

parte dos estudantes conservadores para seu lado.

As esquerdas tiveram uma atuação ruim nas eleições para o DCE. O retrocesso no movimento estudantil eliminou quaisquer pressões da base em relação a uma unidade frentista, que se realizou no ano passado. Cada aparelho procurou lançar sua própria chapa para propagandear algum aspecto de sua política. A Corrente Proletária não se organizou para convocar plenárias abertas que discutissem a possibilidade de uma frente, nem formou sua própria chapa. Assim, a divisão se impôs e não se colocou um canal para expressar uma oposição com um programa de luta e democracia estudantil nessas eleições.

## Rondônia

# Ano de 2010: Manobras da burocracia do SINTERO

Em 2010, as lutas dos trabalhadores da educação de Rondônia, estaduais, federais e municipais, estiveram unicamente a serviço das eleições burguesas. Assim, após as eleições, a burocracia do sindicato sequer convocou assembleia para avaliar e encaminhar propostas para o próximo ano.

## Uma lição importante

Depois de três meses, após a suspensão da greve, a direção do Sintero convocou uma assembleia. O governo não tinha cumprido todo acordo. Os precatórios e a transposição não saíram do papel. Os politiquinhos aproveitaram para se escudar à procura de votos.

A greve que ganhou as ruas e ocupou a Seduc, o Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa, mostrou o caminho do enfrentamento para arrancar as reivindicações. O movimento ganhou força, mas não conseguiu ganhar a coesão de todas as escolas. Os 20% de não-grevistas atuaram, consciente ou inconscientemente, em favor do desmonte da greve. O governo se apoiou nesse setor para atacar o movimento. Por outro lado, a coesão também dependia da política da direção do sindicato, que é eleitoreira e conciliadora. A força da greve estava na sua radicalização e na coesão. A direção do sindicato se apoiou nos métodos parlamentares e evitou que os grevistas utilizassem os métodos radicais, como a permanência nas ocupações.

Um passo importante para a vitória do movimento seria a unidade com os educadores do município. Portanto, o isolamento dos trabalhadores do estado ajudou o governo a golpear as reivindicações. A política de fragmentar as lutas é própria da burocracia sindical. A unidade entre estaduais, municipais e federais permitiria maior força para enfrentar de conjunto o governador e o prefeito.

## Burocracia atrelada ao prefeito

Se a luta dos estaduais em que o governo Cassol era apresentado como inimigo político da diretoria petista foi golpeada pela conciliação dos burocratas, imagine dos municipais que na prefeitura tem como aliado o petista Roberto Sobrinho.

A força para a luta dos municipais foi quebrada com o encerramento da greve dos estaduais, que durou um mês. O resultado foi a liberação de uma esmola de 4,5% de reajuste salarial para os municipais, seguindo o exemplo do aumento assinado pelo governo Cassol.

## Dia “D” da educação: ‘pão e circo’

O dia 19 de julho, dia “D” da educação, que poderia se converter num dia de luta, convocando a unidade dos traba-

lhadores estaduais, municipais e federais da educação, para discutir e aprovar um plano de lutas para enfrentar os governos, foi de “pão e circo”.

Foi o dia em que os burocratas chamaram os trabalhadores para doutriná-los na política de conciliação de classes. Exaltaram o método do diálogo com o governo, como o melhor caminho para conseguir as reivindicações. Quanta miséria política!

## Burocracia alimenta o descrédito dos trabalhadores

A direção do sindicato tem usado as assembleias para discursar em favor do governo federal e de seu prefeito discípulo. Fazem da assembleia um local de discursos enfadonhos sobre a economia e trampolim para os candidatos caça-votos. Nenhuma deliberação em favor dos trabalhadores. Resultado: as assembleias foram se esvaziando. Assim, os burocratas aproveitam a ausência da base para responsabilizá-la pelo fracasso do movimento e pela impossibilidade de aprovar medidas mais radicais de enfrentamento com o governo.

O fato é que os trabalhadores da educação têm manifestado descrédito para com o sindicato. Isso é perigoso. Porque indica o retrocesso político da classe. Os trabalhadores desorganizados agem individualmente para resolver seus problemas, alimentando o individualismo, a concorrência e outras condutas próprias da classe dominante. Assim, o combate à burocracia sindical ganha força, porque permite a ação da classe contra a política da burocracia, que desmoraliza o instrumento de luta dos explorados (os sindicatos)

## Construir a Oposição (fração revolucionária)

A Corrente Proletária da Educação tem trabalhado para constituir um pólo classista no seio da classe, defendendo o programa de reivindicações, o método da ação direta e a democracia sindical. Para isso, combate a política dos burocratas, que é de conciliação de classes. Defende a independência política do sindicato frente aos governos, em particular o apoio dos burocratas à governabilidade do PT.

O caráter embrionário da Corrente Proletária é um obstáculo para conter o retrocesso político da classe e derrotar a burocracia sindical. Nesse sentido, a tarefa urgente é a de pôr em pé essa fração revolucionária, o que implica participar das discussões da Corrente, divulgar o Boletim nas escolas e atuar coletivamente no movimento. Dessa forma, o balanço do ano de 2010 tem com lição a organização dos trabalhadores da educação para enfrentar os problemas que virão.

## Fortaleza

# Professores correm risco com reformulação do PCCR

O Governo Cid (PSB/PT), em conluio com a direção da APEOC, vem discutindo a reformulação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do magistério a portas fechadas. A atualização do PCR é exigida em virtude da nova lei do piso salarial nacional; e, como resultado, teremos um novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). O problema é que este PCCR está sendo preparado nos gabinetes da SEDUC, com a supervisão da governista Apeoc, e longe dos olhos da categoria e, ao que tudo indica, trará piores condições de trabalho e de salário dos professores.

Uma dos pontos acordados entre APEOC e SEDUC será o de que nos próximos concursos para o magistério sejam mantidas as mesmas quatro etapas, de caráter eliminatório, vistas neste último, realizado em 2010: prova

escrita, prova oral, curso de capacitação e exame médico. Os tecnocratas desta pasta querem fazer-nos crer que uma das raízes da profunda crise da educação pública está na seleção de professores mal preparados. Quanta pobreza de análise! Não seria possível esperar outra coisa destes desprezíveis sicofantas da burguesia, que precisam omitir 24 horas por dia que a escola desintegra-se a cada minuto como resultado do apodrecimento do regime do capital (estrutura física precária, salas superlotadas, salários miseráveis, escalada de violência, desemprego jovem, ensino memorístico etc, etc e etc).

Outra pérola, prevista para o PCCR, é a chamada proposta de “*Valorização dos Professores*”. Ela combinaria a Avaliação de desempenho dos trabalhadores da educação, com os exames de avaliações

externas (Prova Brasil, SPAECE etc.) e com uma prova de conhecimento a que o professor seria submetido para poder ter direito à progressão horizontal (ver Valorização do Magistério disponível em: [www.seduc.ce.gov.br](http://www.seduc.ce.gov.br)). A burocracia da APEOC, que não se opõe a esta proposta, mantém um profundo silêncio sobre esta avaliação por mérito, que é defendida pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, do Governo Lula/PT.

O teatro está montado entre a SEDUC e APEOC para implantar o novo PCCR. As consequências serão duras para os professores. A tarefa de barrar os planos do governo do estado e dos falsos representantes do professorado está nas mãos da categoria. É preciso, para tanto, exigir a imediata convocação de assembléia e zonais onde a categoria possa armar-se para a luta.

## 31º Congresso da CNTE

# Diretoria majoritária do Sindiute (Gardênia, Ana Cristina e cia, da Corrente O Trabalho/PT) arma circo para eleição de delegados

A escolha dos delegados do Sindiute para o 31º Congresso da CNTE, a ser realizado em janeiro de 2011 em Brasília, foi marcada por uma farsa grotesca. A base mal tomou conhecimento da Assembléia (os cartazes chegaram em cima da hora nas escolas), e da pauta desta (muitos professores sequer compreenderam qual era a pauta da assembleia, já que os cartazes não deixavam claro do que se tratava). A assembleia, que já tinha data marcada, 25/11, estava sem local definido e só de última hora, faltando 4 dias, este foi escolhido: a sede da CUT. Esta manobra impedia qualquer tentativa de se passar nas escolas e mobilizar os professores para a eleição. Inútil é dizer que a diretoria

do Sindiute não fez qualquer passagem em escolas convocando os professores. O simples fato da escolha da CUT como local da Assembléia, ao invés da praça do Ferreira ou Bandeira, como tradicionalmente é feito, deixava claro o anseio de afastar os professores de base. Dito e feito. Dos cerca de 120 professores que estiveram na assembleia, poucos eram de Fortaleza, da base histórica do Sindiute, que é quem mantém financeiramente o sindicato, protagoniza as lutas, as greves etc. A direção majoritária do Sindiute deu o mesmo golpe já visto no 6º Congresso do Sindiute de 2008. Desta vez, como naquela, trouxe vários professores do interior, alguns com direito a microônibus (Maraca-

naú etc), para ter uma maioria artificial na assembléia. Três chapas se inscreveram e a corrente *O Trabalho* levou a maioria esmagadora dos delegados (7 dos 8 a que tem direito o Sindiute). O objetivo? Defender na CNTE que esta continue a lutar por um piso miserável de R\$ 1.513, quando diversas categorias (assistentes sociais, enfermeiros, odontólogos) e até policiais lutam por pisos superiores a 7 salários mínimos; e apoiar Dilma quando esta prepara reformas antipopulares. Por aí se vê a crise de direção a que chegamos e como os governos mantêm uma profunda gratidão a estas direções sindicais reformistas e inconsequentes.



## Nesta edição:

- Um retrato do imperialismo norte-americano
- Manifestações na Europa permanecem
- Evo Morales é funcional ao sistema capitalista
- Bolívia – Acentua-se repressão no norte de La Paz
- O proletariado boliviano foi superado pela história?

## Artigos do Cerqui

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Wikileaks

# Um retrato do imperialismo norte-americano

Uma pequena fração dos milhares de documentos secretos da diplomacia dos Estados Unidos, vazados dos seus arquivos secretos e divulgados pelo Wikileaks, foi o suficiente para mostrar a vasta ingerência do imperialismo no mundo todo. Não há nada de surpreendente, evidentemente, no fato da maior potência colher informações de governos, espionar e avaliar o que importa para os interesses da burguesia norte-americana.

Os Estados Unidos se confirmaram como carro chefe do capitalismo mundial na 2ª Guerra Mundial. Seu capital financeiro e suas multinacionais suplantaram os da Europa imperialista e lhes permitiram montar uma força militar de alcance internacional jamais obtida por uma Inglaterra, França e Alemanha. Não há região do globo que não esteja sob influência de seus capitais e sob a vigilância de suas bases militares. Não há, portanto, por que não terem uma rede de espionagem e um amplo trabalho de bastidores no seio dos Estados nacionais e de seus respectivos governos.

As revelações dos documentos diplomáticos causam mal estar porque expõem confidências de autoridades, intrigas, restrições, críticas, negociações, conspirações, vassalagem e, sobretudo, aspectos que envolvem interesses estratégicos dos Estados Unidos. O simples fato de os milhares de telegramas das embaixadas terem o sigilo quebrado provoca desconfiança das fontes serviais que fornecem informações e das autoridades que colaboraram com a política do imperialismo de interferir nos

assuntos de nações que se julgam soberanas.

O governo norte-americano sofreu um baque com as revelações não tanto por seu teor, mas por não ter assegurado o sigilo dos documentos e por alimentar desconfianças nos colaboradores de cada país. Certas inconfiáveis prejudicam a política subterrânea do imperialismo, a exemplo da revelação que a Arábia Saudita pediu aos Estados Unidos que atacassem as usinas nucleares do Irã.

O governo iraniano, tanto quando o israelense, tem ciência de que a casta burguesa saudita serve aos interesses do imperialismo e que, por sua vez, este sustenta o sionismo. Não é nada estrondosa, portanto, a revelação de que países árabes pediram aos Estados Unidos que usassem a força militar contra o Irã. O sintomático está na confirmação pública da posição militarista da casta burguesa árabe, que não tem capacidade própria e se socorre do imperialismo.

Quem não sabe que a restauração capitalista na Rússia passa pelos órgãos da antiga KGB, pela burocracia estatal e pela máfia? Mas expor os laços de Putin com a máfia russa não é nada bom para a diplomacia norte-americana. A influência da burocracia e do crime organizado sobre o processo de restauração somente interessa aos Estados Unidos caso prejudique a penetração de seus capitais no país. No Afeganistão, o governo Karzai se assenta nos produtores de ópio e no tráfico, cujo irmão é um dos principais chefes. Essa camarilha serve aos interesses do imperialismo, logo o ópio não causa problemas.

Em relação ao Brasil, veio à tona o descontentamento do governo norte-americano com a dubiedade do Itamaraty. Não se obteve o alinhamento automático esperado em importantes questões internacionais. A posição pacifista de Lula frente ao conflito com o Irã não agradou a diplomacia. Mas não agradou também à reação brasileira pró-norte-americana. Tudo muito aberto. As apreensões do ministro da Defesa com a instabilidade do regime nacionalista de Hugo Chávez? Quem não sabe que as Forças Armadas brasileiras foram e são formadas pela política imperialista dos Estados Unidos?. As reclamações sobre a instalação de bases na Colômbia não passaram de apreensões. O ridículo é o que mais chamou atenção. Os Estados Unidos proibiram ao Brasil de vender aviões militares produzidos pela Embraer à Venezuela. Nos bastidores, o governo Lula propôs ajudar uma Ong opositora a Hugo Chávez. Pareceu que a diplomacia brasileira tem o imperialismo como tonto. O episódio mostrou que o acordo que permite a produção de aviões militares torna as aeronaves inócuas, tal é a dependência da tecnologia norte-americana.

O mais importante foram as revelações sobre os recursos naturais. Uma das condições do domínio imperialista é o controle das matérias primas. O nióbio é fundamental para a indústria armamentista e aeroespacial dos Estados Unidos. As maiores reservas se encontram em solo brasileiro. Por ser o maior produtor, é o maior exportador. Os Estados Unidos dependem em

grande medida da importação dessa matéria prima. Estima-se que o Brasil tenha 2,9 milhões de toneladas de nióbio, estimado em cerca de US\$ 1 trilhão. O documento secreto tem como estratégico para os Estados Unidos essa riqueza. Dois grupos controlam a extração do nióbio: o banco Moreira Salles com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e empresa Anglo American (inglesa). Além do nióbio, são apontadas também como estratégicas as jazidas de ferro e manganês.

O documento secreto assinado pela secretária do Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, descreve 300 pontos do globo considerados de segurança para o domínio imperialista. Portanto, devem estar sob vigilância militar.

Uma revelação surpreendeu a população européia. Alemanha, Holanda, Bélgica e Turquia hospedam secretamente ogivas nucleares dos Estados Unidos. A nuclearização do mundo se deve à potência norte-americana. Assim, exerce o monopólio da energia nuclear. Controlam o IAA e decide quem pode e quem não pode ter armas nucleares, bem como mantêm em vigilância os programas para fins industriais. O risco de hecatombe se deve inteiramente ao imperialismo, que expressa a decadência do capitalismo e suas tendências à barbárie.

A prisão de Julian Assange, sob a alegação da justiça sueca de ter cometido crime sexual, é uma clara arbitrariedade. O criador do site Wikileaks já vinha sendo pressionado e ameaçado por Hillary Clinton. Inventaram uma penalidade para trancafiá-lo. O governo da Suécia

presta esse serviço aos Estados Unidos. É sabido o quanto de segredo guardam os bancos da Suécia sobre lavagem de dinheiro e o quanto a Casa Branca sabe sobre essa atividade dos banqueiros suecos.

Além da prisão de Assang, Obama armou um cerco às operadoras que abrigam o Wikileaks, obrigando-as a bloqueá-lo. Alguns protestos amenos de organizações jornalísticas internacionais foram feitos, apenas para não comparecerem como cúmplices do “atentado à liberdade de imprensa”, tão propalado contra as ações de Chávez na Venezuela. Inventaram a discussão se o que o Wikileaks faz é jornalismo investigativo ou espionagem contra segurança das nações. A intenção é de impedir que se continue a divulgar os documentos em grande parte ainda ocultos. É possível que as revelações mais graves foram deixadas por último.

Os segredos políticos, militares e comerciais servem de proteção à classe capitalista e ao seu domínio sobre as massas e os povos oprimidos. Há que se defender o fim de todo segredo. Que a população tenha acesso e que possa fazer julgamento próprio das relações mundiais que se processam sob o domínio do imperialismo.

## **Independência nacional e luta antiimperialista**

A divulgação dos segredos diplomáticos dos Estados Unidos reforma a necessidade dos países oprimidos romperem com o imperialismo e garantirem a independência nacional. Essa tarefa não pode ser assumida pela burguesia e seus

governos. Cabe ao proletariado, unido aos camponeses e demais oprimidos, tomar em suas mãos a luta antiimperialista. Uma das medidas urgentes consiste em expropriar sem indenização as fontes de matérias primas e estatizá-las. O nióbio está sendo saqueado e vigiado pelos Estados Unidos. É necessário, portanto, colocar um paradeiro no entreguismo.

Enquanto a classe operária estiver desorganizada e não estiver em luta pela conquista do poder, o Brasil permanecerá sob o domínio dos Estados Unidos. Tem importância decisiva a defesa da estratégia da revolução e ditaduras proletárias, da constituição de um governo operário e camponês e transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva.

Nas potências, a classe operária também se encontra profundamente desorganizada. Assim, não tem podido tirar proveito das revelações que envolvem seus governos com a opressão imperialista. A potenciação das tendências bélicas pela crise mundial reflete as profundas contradições da economia mercantil e indica que os conflitos entre nações se ampliarão. A urgência de se reconstruir a IV Internacional se espelha nos vorazes acontecimentos econômicos, sociais, políticos e militares do capitalismo mundial. Mas a solução não será improvisada. A vanguarda proletária que está surgindo dos embates poderá mudar o curso da luta de classe. Os marxistas têm a tarefa de se dedicar a fundo por implantar o programa da revolução social no âmago das massas exploradas e dos povos oprimidos.

## **Manifestações na Europa permanecem**

Dia 15 de dezembro será outro dia continental de luta contra as políticas de austeridade na Europa. Sindicatos e centrais organizam as manifestações em Portugal, na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Espanha e em outros países da União Europeia. Depois do dia 29 de setembro, esse será o segundo dia de manifestação geral, com greves de 24 horas em vários setores.

Os governos mantêm as políticas de arrocho salarial e cortes de direitos. Os cortes nos orçamentos públicos golpearão profundamente a vida dos traba-

lhadores e da juventude. A resposta dos movimentos, embora tenham ocorrido ao longo do ano, foi mutilada pela política das centrais de pressão parlamentar e de paralisações esporádicas.

### **Juventude desperta para as lutas**

De um lado, a classe operária se movimentou na França, em Portugal, na Itália, na Espanha, no entanto condicionada pela política dos sindicatos socialdemocratas e estalinistas. De outro, a juventude despertou com sua sua natural explosividade. As manifestações mais

radicalizadas ocorreram com o movimento secundarista na França e com o movimento universitário na Inglaterra e Grécia.

Nesse começo de dezembro, foram presos vários ativistas gregos que mantinham greves e protestos em universidades pelo país. O governo grego tem utilizado ampla força policial para impedir os atos e as paralisações. A greve geral em Portugal, no dia 24 de novembro, teve também ampla participação da juventude, mais de 90% das escolas e universidades fecharam para o protesto

nacional.

Outra greve importante do setor da Educação ocorreu no dia 08 de dezembro na República Tcheca, envolvendo outros setores do funcionalismo, que lutam contra cortes no orçamento para 2011.

A radicalização de um parcela da população pressiona os setores dirigentes da classe operária a também chamarem manifestações e greves. O protesto do dia 15 de dezembro deve ser maior que a manifestação continental anterior e os bloqueios, ocupações de prédios e enfrentamento com o aparelho repressivo do Estado devem surgir com mais intensidade no horizonte das lutas, porque esses métodos já têm sido utilizados pela juventude.

## Mais bilhões para os bancos

A maior parte dos 80 bilhões previstos para a Irlanda devem ser gastos com a ajuda às instituições financeiras do país. Isso coloca como horizonte que o déficit público não será rebaixado a não ser com cortes mais profundos do que os já anunciados (cerca de 15 bilhões de euros para os próximos anos).

A previsão do Banco Central Europeu é que a ajuda à Irlanda, Grécia (e,

porventura, Portugal e Espanha) não será suficiente para conter o déficit público. Isso porque atua também sobre o déficit dos países a questão das dívidas públicas, que atingiram valores enormes nos últimos anos. Só a Inglaterra tem uma dívida pública de quase 70% do PIB do país, isto é, cerca de 900 bilhões de euros. Por isso, o vice-presidente do Banco Central Europeu sugeriu aumentar o Fundo de Estabilidade Financeira, que hoje conta com cerca de 400 bilhões de euros. O objetivo do fundo é ajudar os bancos da região que necessitem de liquidez para suas operações. Parte desse fundo foi utilizada na Grécia e na Irlanda.

## Destruição de forças produtivas ainda não foi suficiente para conter a crise europeia

O corte nos orçamentos públicos deve chegar até 2015 a quase 300 bilhões de euros, reunindo os principais países da União Europeia. Essa montanha de dinheiro será “entesourada” e servirá para ajudar instituições financeiras que correm risco de quebra. Com os 400 bilhões do Fundo de Estabilidade Europeu, temos a assombrosa quantia de 700

bilhões de euros (mais de 900 bilhões de dólares), utilizada para dar estabilidade e liquidez a bancos e a seguradoras. Dos 182 países que aparecem na lista do Banco Mundial, apenas 15 tiveram um PIB acima de 900 bilhões de dólares em 2009. Os números dão uma ideia da barbárie para a qual o capitalismo caminha, a destruição de riquezas, de forças produtivas como não se via desde o período das guerras mundiais.

E a barbárie não virá somente com a destruição das riquezas acumuladas, mas com as que existem potencialmente na força de trabalho viva. O Banco Mundial prevê que o desemprego que cresceu a partir de setembro de 2008 deve atingir a cifra de 400 milhões nos próximos 10 anos, oriundos somente da crise econômica. Esse 400 milhões devem ser acrescidos dos milhões de desempregados pelo mundo, parte do exército industrial de reserva.

Não só na Europa, mas em todos os países a luta contra os governos burgueses não deve parar nos próximos anos. A tarefa é construir o partido da revolução em cada país e retomar a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa, que por fim à barbárie capitalista.

## Bolívia

# Evo Morales é funcional ao sistema capitalista

V.M

*O ex-embaixador norte-americano Greenlee, o confirma através dos documentos publicados pelo Wikileaks.*

Mais intuitivo do que analista, Evo Morales procura se mostrar lúcido e opta por desacreditar a informação que está sendo revelada pela WikiLeaks e a qualificar de um embuste preparado pelo imperialismo destinado a dividir os presidentes bolivarianos, e a confundir a população.

“Eu diria que é para causar desconforto, desconfiança, fazer com que os presidentes se atraiam criando susceptibilidades”, diz, e acrescenta: “não vão conseguir.” Mas no relatório apresentado ao Departamento de Estado pelo ex-embaixador dos EUA Greenlee o que se diz dele poderia ser dito de muitos politiquinhos bolivianos com ambições de caudilho. Que é um plagiador, um “especialista em transformar histórias a

seu favor, cooptar a plataforma de seus adversários”, “um líder com fortes tendências antidemocráticas”, pragmático e astuto para derrotar seus adversários e “muito desconfiados por natureza.”

Na reportagem publicada pelo “Página 7 ¡NO!” mostra que existe a tentativa de o apresentar como socialista ou comunista, e que, a embaixada está sempre foi informada das reuniões de Evo Morales com assessores cubanos e venezuelanos.

O relatório assinado por Greenlee demonstra que a embaixada dos EUA estava mais identificada com a política de Evo Morales na Bolívia do que muitos intelectuais da burguesia boliviana, que há muitos se apresentam como cientistas políticos, para os quais o líder indígena

era um novo bolchevique e o governo do MAS, um governo socialista. O tempo se encarregou de confirmar que Greenlee estava certo e os intelectuais burgueses e parte da burguesia boliviana estavam errados. Na verdade, da burguesia boliviana e de seus intelectuais não se pode esperar um nível intelectual elevado; é economicamente pobretona da mesma forma que intelectualmente, embora se esforcem para provar o contrário. O que a burguesia e seus intelectuais não quiseram, nem querem reconhecer, é que o governo do MAS é um governo burguês, uma das suas expressões, ainda que se expresse de forma patética: um governo burguês liderado por camponeses! E para piorar a situação, por índios discriminados, que vestem poncho e saiete.

Em outros relatos, ficamos sabendo que o que mais incomoda os norte-americanos é que Evo Morales é um língua solta. E deve ser duplamente chato, pois estavam tão acostumados a lidar com os líderes bolivianos com soberba. O que Greenlee diz do governo burguês de Sánchez de Lozada é lapidar “os bolivianos tinham o péssimo hábito de serem suplicantes”, mendigando apoio financeiro para sobreviver enquanto governo. E essa burguesia “suplicante” acredita que pode fazer um governo melhor do que o de Evo Morales

Em contraste com a abordagem que fazem para Evo Morales, para o vice-

presidente Álvaro Garcia Linera, os documentos revelam “uma diplomacia de espionagem e conspiração permanente”, diz sobre a Cúpula de Mar del Plata, uma abordagem já manifestada pelo Ministro das Informações .

De fato, no mundo desde que foi criada a diplomacia e o cargo de embaixador o papel destes tem sido o de ser instrumento de informação para o país que representam em função de seus interesses econômicos, políticos, etc. Por isso que García Linera e seu Ministro da Informação declararam que só na Bolívia os embaixadores, como o cônsul da Bolívia no Chile, Walter San Miguel, se

encarregam de cobrar seu salário e nada mais. Ou seja, não fazem nada. É um exílio dourado ou um prêmio pela sua subserviência. Certamente o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia não sabe quem é quem no Chile e o que pensam em relação à questão marítima (Bolívia perdeu sua ligação com o mar na guerra travada com o Chile 1879/1883). Uma expressão genuinamente indígena. Os índios americanos não conheciam a diplomacia.

*(extraído do jornal “Masas” Boliviano nº 2199 de 10/12/2010)*

## Bolívia – Acentua-se repressão no norte de La Paz

O governo invade as zonas de produção de coca, captura os dirigentes e os prende

Ocupa militarmente zonas do norte de La Paz, impõe a erradicação forçada da mesma forma que os governos neoliberais, reprime indiscriminadamente a povoados inteiros. Faz tudo isso por ter capitulado à política imperialista de luta contra as drogas e para demonstrar que cumpre com esta política de combate ao tráfico erradicando os cocais.

Os cocaleiros da região de Palos Blancos ao norte de La Paz materialmente foram invadidos por centenas de soldados das forças conjuntas encarregadas pela erradicação forçada de cultivos de coca. O argumento é que não é reconhecida como uma zona de plantação tradicional ou de transição e que qualquer atividade dessa natureza será penalizada, nos termos da Lei 1.008, imposta pela DEA (departamento antidrogas norte-americano) ao país.

Os moradores organizaram piquetes de resistência para evitar que as forças repressivas acabassem com os cocais com a erradicação forçada, como fizeram os governos de Banzer e Goni Sánchez sob as ordens do imperialismo norte-americano. Essa resistência foi

brutalmente reprimida, como aconteceu recentemente em Marimonos com um saldo de 37 feridos de ambos os lados. A polícia, depois de reprimir violentamente os camponeses, começou a prender os líderes que atualmente se encontram detidos e processados pelo pelos juízes subservientes ao governo.

Por que um governo que vem do seio dos cocaleros recorre à erradicação forçada no melhor estilo neoliberal? A resposta é clara: não conseguiu o seu propósito de legalizar a mastigação e comercialização de produtos industrializados como chás, creme dental e outros. Todos os países, incluindo os supostos aliados, como Argentina, Brasil e Chile, se mantiveram firmes no bloco liderado pelo imperialismo na luta contra as drogas e as plantações de coca.

Agora (assediado pela pressão internacional e pelas campanhas internas como as que está fazendo, por exemplo, a Igreja) não tem outro caminho a não ser fazer o que está fazendo apesar do alto custo político que está pagando, isto porque setores importantes dos plantadores de coca se tornaram adversários ferrenhos do governo.

Os temores de que a erradicação forçada alcance o Chapare não são infundadas, pois a maioria dos plantadores de

folha, incluindo os dirigentes do chamado “controle social”, ultrapassou a área plantada permitida por lei. Também são permanentes as incursões em áreas protegidas como o Parque Isiboro Sécuré, com o objetivo de ampliar as plantações clandestinas.

Ao estender a erradicação forçada ao Chapare, o governo será obrigado se chocar de frente com os produtores de coca, utilizando-se de todos os métodos de repressão. Não se pode esquecer que os cocaleros lutam pela sua própria sobrevivência. Para os habitantes da região, seria quase impossível sobreviver sem as plantações de coca, uma vez que não foi feito quase nada na política de expansão de culturas alternativas, apesar dos milionários gastos feitos para esse fim, encorajados pela embaixada norte-americana.

Assim, o governo do MAS está fadado a se tornar o algoz de sua própria base social, principalmente devido a sua capitulação à política imperialista sobre a droga e a folha de coca.

Ele nunca deveria ter abandonado a consigna do livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, no contexto da reafirmação da soberania contra a pressão imperialista.

*(extraído do jornal “Masas” Boliviano nº 2199 de 10/12/2010)*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

## O proletariado boliviano foi superado pela história?

Guillermo Lora

Os ideólogos da burguesia – entre nós sempre pró-imperialistas – e do reformismo argumentam que as condições criadas pelos surpreendentes avanços da democracia e da tão propagada – e diariamente negada paz social – paz mundial têm relegado ao museu de antiguidades a luta de classes, a revolução e a própria classe operária.

Coloca-se que o crescimento massivo do desemprego, ocasionado pela crise econômica capitalista e a crescente robotização do processo produtivo relegariam a um segundo plano a importância do proletariado como classe revolucionária, como direção das massas que procuram emancipar-se de sua lamentável situação atual.

Em resumo: o proletariado teria deixado de ser a classe revolucionária por excelência e em seu lugar ocupariam outras classes majoritárias ou camadas intelectuais da classe média. Por estranho que pareça esse absurdo, é repetido por alguns supostos “trotskystas”.

A conjuntural paralisação de parte do aparato produtivo, consequência obrigatória da crise econômica, ocasiona o desemprego massivo e, na Bolívia, não existe bônus ou seguro pela demissão forçosa. Esse desemprego desemboca, pelo menos em parte, na chamada economia informal e também no lumpem-proletariado.

Os desempregados apenas sobrevivem em condições lamentáveis de extrema miséria. Uns trabalham jornadas em atividades artesanais, sem quase obter nenhum ganho; outros estão ocupados dois ou três horas diárias, o que lhes permite comer uma fatia de pão; os demais se ocupam do pequeno contrabando de bugigangas nas ruas, uma porção de folhas de coca.

Alguns economistas não escondem sua perplexidade porque parte dos desempregados famintos encontra alguma forma de trabalhar, sem que lhes impor-



te muito com as miseráveis recompensas que recebem. Os próprios informais sabem que sua atual forma de ganhar o pão de cada dia é algo temporal e que está fora da normalidade. Os teóricos burgueses mais atrevidos – entre os quais se encontra o peruano de Soto – exigem que o Estado passe ao liberalismo que apregoam, aponta a atividade produtiva dos informais para que assim se vitalize o incipiente capitalismo. Seguramente, abrigam a esperança de que assim arrancarão definitivamente os ocasionais informais das fileiras do proletariado. Contudo, assim que amplíssima camada informal ingressa ao capitalismo, no seio deste continuará funcionando a lei da acumulação, portanto, os peixes maiores engolirão os pequenos. Um empresário, rico ou pequeno que seja, precisa comprar força de trabalho para extrair mais-valia. Se a atual atividade informal se torna capitalista, se dará, ao mesmo tempo, um fortalecimento do proletariado.

O fato de que o proletariado seja uma classe revolucionária – a única que instintiva ou politicamente se encaminha a destruir a propriedade privada – se deve ao lugar que ocupa no processo de produção e não a seu número, a seu maior ou menor grau de pobreza ou a seu nível cultural. Claro que as grandes concentrações operárias – Siglo XX foi uma dessas no passado recente – jogam um

importante papel na luta de classes e podem converter-se na vanguarda do restante dos trabalhadores.

As crises econômicas, as guerras internacionais, colocam na ordem do dia a revolução proletária. São sintomas do grande desenvolvimento das forças produtivas e de sua pulverização ao se chocar com a grande propriedade privada burguesa imperante. Não se pode falar que a classe operária desaparece, agoniza ou cede seu lugar de dirigente nacional a outros setores sociais.

Mas – aumentam os incrédulos e os agentes dos poderosos – a revolução não estoura e os governos se elevam com a ajuda do voto. Isso se deve, apesar da extrema maturidade do fator econômico ou objetivo da revolução, à virtual ausência do partido revolucionário em escala internacional. Na Bolívia, as massas marcham para a convulsão social, isso em meio a uma inegável maturidade política dos explorados. A chave da vitória dessa batalha está em uma crescente atividade do partido revolucionário, o Partido Operário Revolucionário.

A classe operária, de acordo com a concepção marxista, não é uma massa amorfa de trabalhadores, mas a que alcançou a consciência de classe, a que se constitui em partido político, segundo diz o “Manifesto Comunista”.

O partido é a vanguarda da classe politicamente organizada. A consciência de classe gera e desenvolve no seio dessa vanguarda, processo em que a classe se solda com a ciência social. A consciência de classe se projeta como teoria da revolução em um determinado país ou, o que é o mesmo, como programa do partido revolucionário.

(Extraído do Jornal Massas nº 2195, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)